



Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

3.^a Fase – PROPOSTA

RELATÓRIO







ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E VALORAÇÃO	3
2.1. ANÁLISE GEOFÍSICA	3
2.2. ANÁLISE BIOLÓGICA	7
2.3. ÁREAS COM ELEVADO VALOR DE DIVERSIDADE	13
2.4. PAISAGEM	15
2.5. PATRIMÓNIO	18
2.6. SÓCIO-ECONOMIA	22
3 – DIAGNÓSTICO	39
4 – VISÃO ESTRATÉGICA	43
5 – APLICAÇÃO DO REGIME DE PROTECÇÃO	45
5.1. – Introdução e Metodologia	45
5.2. – Proposta de aplicação do Regime de Protecção	51
6 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA	54
6.1. – Áreas de intervenção específica para a conservação da natureza, da biodiversidade e da geodiversidade	54
6.2. – Áreas de intervenção específica para a valorização cultural e patrimonial	56
6.3. – Áreas de intervenção específica para a visitação e comunicação	58
7 – COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DO POPNPG COM OUTROS IGT	62
8 – FONTES BIBLIOGRÁFICAS	66



1 – INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG), e tem como objectivo principal sintetizar os aspectos essenciais do processo de revisão do Plano de Ordenamento vigente desde 1995.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, foi a primeira área protegida criada no nosso país e é a única que possui o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica qualificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em reconhecimento do alto valor do seu património natural e cultural, conjugado com objectivos de conservação, estudo e gestão sustentável dos seus recursos. Criado pelo Decreto nº 187/71, de 8 de Maio, ainda no âmbito do regime geral de protecção da natureza estabelecido pela Lei nº 9/70, de 19 de Junho, os seus limites exteriores foram desde logo definidos no Anexo ao mesmo Decreto nº 181/71.

Localizado no norte de Portugal, na zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, está inserido na NUT II – Norte, sendo confinado pelos meridianos 8º 25' e 7º 53' W e pelos paralelos 41º 41' e 42º 05' N.

Ocupa uma área de 69 596 ha, distribuídos por 5 concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca do distrito de Viana do Castelo, incluídos na NUT III – Minho-Lima, Terras de Bouro, do distrito de Braga, NUT III – Cávado, e Montalegre, do distrito de Vila Real, NUT III – Alto-Trás-os-Montes.

Abrange território de 22 freguesias pertencentes aos 5 concelhos mencionados: Castro Laboreiro e Lamas de Mouro no concelho de Melgaço, Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz e Soajo no concelho de Arcos de Valdevez, Britelo, Entre-ambos-os-Rios, Ermida, Germil e Lindoso no concelho de Ponte da Barca, Campo do Gerês, Covide, Rio Caldo e Vilar da Veiga no concelho de Terras de Bouro, Cabril, Covelães, Outeiro, Pitões das Júnias, Sezelhe e Tourém no concelho de Montalegre.

Integra no seu território o Sítio Serras da Peneda e Gerês, PTCO 0001, criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto, no âmbito da aprovação da 1ª fase da Lista Nacional de Sítios – ao abrigo da Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva Habitats), relativa à conservação de habitats naturais de flora e fauna selvagens – e também a Zona de Protecção Especial (ZPE) da Serra do Gerês criada pelo Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro – ao abrigo da Directiva nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), relativa à conservação de espécies de aves. Abrange ainda a Reserva Biogenética Matas de Palheiros-Albergaria, PT 930003, incluída na Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa (Abril de 1989).

Pela Resolução do Conselho de Ministros nº 134/95, publicada a 11 de Novembro, o Parque Nacional da Peneda-Gerês foi dotado com um Plano de Ordenamento e respectivo Regulamento, o qual tem desde então orientado a gestão da área protegida.



O Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês constitui um Plano Especial de Ordenamento do Território, desenvolvido e aprovado nos termos do Decreto-Lei nº 151/95, de 24 de Junho, na redacção e conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro.

2 – SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E VALORAÇÃO

2.1. ANÁLISE GEOFÍSICA

Geologia e Geomorfologia

O Parque Nacional da Peneda-Gerês situa-se numa das zonas mais internas da Cadeia Varisca, a Zona Centro Ibérica, caracterizada pela predominância de terrenos muito deformados e com elevado grau de metamorfismo, pela presença de enormes massas de rochas plutónicas, sobretudo graníticas e, também, pela existência de terrenos precâmbrios que já haviam sido actuados por movimentos anteriores aos hercínicos. Nesta zona, foi ainda possível definir uma outra divisão – a subzona da Galiza Média-Trás-os-Montes Oriental (JULIVERT et al, 1983). Durante a primeira fase de deformação hercínica, os terrenos existentes foram fortemente dobrados tendo, em alguns locais, sido desenraizados e carreados por longas distâncias.

Litologicamente, o Parque Nacional é dominado por rochas graníticas hercínicas, que apresentam texturas e composições mineralógicas muito diversas, reflectindo as suas diferentes idades e origens, identificando-se três grupos principais: **granitos sintectónicos**, de granularidade variável, que ocupam grande parte das serras Amarela, Soajo e Peneda e extensas regiões a Norte e Nordeste de Castro Laboreiro e entre Tourém e Covelães; **granitos tardi-tectónicos**, que apresentam alguma deformação, sobretudo orientação dos filossilicatos, demonstrando assim terem-se instalado já no final da última fase de deformação hercínica; **granitos pós-tectónicos**, posteriores à 3ª fase de deformação hercínica, geralmente de grão grosseiro, biotíticos (MOREIRA e RIBEIRO, 1991).

A tectónica de fractura, litologia e erosão diferencial são os principais motivos geológicos do modelado, juntando-se a estes os resultantes de permanência glaciária, confirmada por vários autores, tendo sido encontradas provas e diversos pontos (Coudé – Gausson, 1978,79). O perfil em U do alto do Vale do Rio Vez, os frequentes penedos aborregados, superfícies polidas e estriadas, as moreias laterais e de fundo e blocos erráticos, são caracteres da natureza glaciária.

A tectónica de fracturação desempenhou um papel importante na instalação da rede hidrográfica, correspondendo os *talweges* a linhas de fractura na maioria dos casos. Esta fracturação do terreno favorece em boa parte a incisão dos canais de água. A rede de fracturação tectónica Neogeno-Quaternária foi aproveitada pela rede fluvial. Assim, as alterações climáticas foram fundamentais para o desenvolvimento geomorfológico. A rede fluvial foi comandando o modelado dos interflúvios, criando-se uma perfeita hierarquização fluvial, afectando as linhas de água, dando-lhe maior ou menor poder de incisão.

A interacção caudal, litologia e tectónica foi determinante, motivando a degradação das superfícies de aplanamento terciárias e originando um terreno fragmentado, descontínuo, de interflúvios e *talweges*. Muitas das antigas superfícies de aplanamento terciárias vão ser remodeladas e rejuvenescidas, originando a grande variedade de unidades topográficas presentes na área: serras, superfícies de

aplanamento, vales de linha de fractura, circos e vales glaciários, moreias, *till* e micromodelados compostos por uma grande variedade de formas menores sobre as massas rochosas.

Relevo

De relevo fortemente acidentado, apresenta pronunciados declives com inúmeros afloramentos rochosos, caracterizado por uma grande variação de altitudes. Tem, como cota mínima 60 metros na albufeira de Touvedo (concelho de Ponte da Barca) e, como cota máxima 1 545 metros na Nevosa, Serra do Gerês (concelho de Terras de Bouro), na fronteira Norte com a Galiza.

Constata-se esta grande diferença de altitudes, sendo o relevo do Parque dominado pelos planaltos de Castro Laboreiro (1 340 m) e da Mourela (1 380 m), situados nos extremos NW e NE, respectivamente e, entre estes por uma região montanhosa, onde se destacam as serras da Peneda (1 340 m), Soajo (1 430 m), Amarela (1350 m) e do Gerês (1 545 m), verificando-se os valores de cota mais baixas na albufeira da Caniçada (150 m) e em Entre-ambos-os-Rios (50 m), nas bacias dos rios Cávado e Lima, respectivamente (PLANO ZONAL, 2002).

Reconhecem-se zonas de baixa altitude, entre os 60 e os 400 metros, correspondentes ao vale do rio Lima, que separa a Norte os sistemas montanhosos do Soajo, Peneda e Planalto de Castro Laboreiro e a SE a Serra Amarela, e troços jusantes dos afluentes Adrão, Laboreiro, Tamente, Froufe e Cabril, e ainda, no extremo Oeste, no vale do rio Ramiscal, na bacia do rio Vez. A Sul, a linha do Cávado, na albufeira da Caniçada e na foz dos seus afluentes mais importantes, Gerês, Fafião e Cabril, corresponde às cotas mais baixas, subindo depois gradualmente, culminando nos pontos mais elevados da Serra do Gerês, a Norte, e no Planalto da Mourela, a Este.

A serra da Peneda é constituída, tal como a serra do Gerês, por altas superfícies de aplanamento, já muito degradadas e cortadas por profundos vales. Os seus pontos mais elevados são Pedrada (1416m), Peneda (1373m) e Bragadela (1359m). Na serra do Gerês a paisagem apresenta um claro contraste entre as áreas de vale e de interflúvio. A presença de retalhos planos é rara, destacando-se as áreas de fortes declives nas vertentes dos vales. (REY GRAÑA, 2001).

Locais de Interesse Geológico

Na área do Parque Nacional foram inventariados 130 pontos de interesse geológico, classificados em 6 grupos distintos, segundo os diferentes tipos de interesse que lhes estão associados (Tabela 1):

Tabela 1 – Classificação dos geossítios no PNPG segundo o tipo de interesse

Tipo de interesse/nº	Caracterização
Tectónico (33)	Falhas, fracturas, diáclases e dobras
Hidrológico (13)	Rios, lagoas, nascentes e cascatas
Geomorfológico (57)	Geoformas (ex.: toors, rocha cogumelo)
V. A. Extractiva (8)	Antiga mina e mina em exploração
Petrológico (44)	Grau de metamorfismo (Migmatização) e origem do magma
Mineralógico (54)	Associações mineralógicas, dimensão e raridade



Percentualmente, e segundo a distribuição apresentada para a área do PNPG, verifica-se a predominância dos locais de interesse tectónico e geomorfológico.

Quanto à sua distribuição geográfica, esta apresenta uma grande concentração na área do Parque inscrita no concelho de Terras de Bouro. De notar que este facto se deve em parte a questões associadas a uma cobertura do terreno desigual aquando do trabalho de campo do inventário, mais exaustivo nesta região comparativamente a outros sectores do PNPG, por razões de logística no apoio ao levantamento e por restrições de tempo na sua execução, pelo facto de tratar-se de um trabalho académico.

Nesse sentido, os resultados da inventariação e valoração dos geossítios na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês apresentados carecem de um maior aprofundamento, pelas lacunas identificadas do estudo elaborado, quer ao nível da cobertura exaustiva do território, quer na reavaliação da necessidade de protecção dos mesmos.

Hidrografia

Toda a área geográfica do PNPG está contida em três bacias hidrográficas: rio Cávado, rio Lima e rio Minho, esta última com muito pequena representatividade, limitada a algumas cabeceiras de linhas de água, do concelho de Melgaço

A rede hidrográfica do PNPG é de textura grosseira, correndo os seus rios por vales de carácter tectónico profundamente encaixados em forma de “V”.

É dominada por duas linhas de água principais de direcção ENE-WSW: o rio Lima, que atravessa o território do Parque separando a serra do Soajo, na margem direita (a Norte) da serra Amarela, na margem esquerda (a Sul) e o rio Cávado, que delimita o Parque Nacional, a Sul, alimentados por afluentes de relevante importância.

Na serra da Peneda, os cumes formam um dispositivo radial de vales de grande inclinação e muito estreitos, destacando-se o vale da Gavieira, da Peneda e o troço principal do vale do rio Laboreiro. A serra do Gerês é entalhada por uma rede de drenagem organizada em torno de cinco cursos de água principais, afluentes do rio Cávado. Escoando de NE para SW, no sector noroeste da serra, o troço montante do rio Homem; com drenagem de direcção NNE-SSW, os rios Gerês, Fafião e Cabril e ainda o rio Beredo, com drenagem de direcção N-SSW, cujos vales apresentam um nítido controlo estrutural, bem patente pelo traçado rígido da rede hidrográfica e pelo paralelismo dos alinhamentos dos seus vales.

O regime hidrográfico destes rios é de carácter pluvial que, aliado à forte inclinação dos seus perfis longitudinais, fazem com que a escorrência das águas seja feita de forma muito rápida, conferindo-lhes cursos de água com carácter torrencial.

Durante o Inverno, estação de grande pluviosidade, a capacidade de carga dos rios aumenta, adquirindo um grande poder de erosão, quer por acção hidráulica, quer por processos de abrasão e de meteorização química. Durante a estação seca, nos meses de Verão, os seus caudais diminuem drasticamente, diminuindo a sua capacidade de carga e erosiva.



Esta textura grosseira da rede hidrográfica, transforma-se em média nos sectores onde a base litológica é xistosa, com uma maior bifurcação dos cursos de água. A presença de argila provoca um decréscimo na permeabilidade do solo, um menor declive no seu perfil longitudinal e uma maior sinuosidade no seu percurso, como pode verificar-se no troço final do rio Veiga, e sobretudo na sua confluência com o rio Peneda

Dada a sua potencialidade, os cursos de água principais foram objecto de aproveitamento hidroeléctrico através da construção de 6 barragens dentro do território do Parque: Alto Lindoso e Touvedo, no rio Lima, Caniçada, Salomonde e Paradela, no rio Cávado, e Vilarinho das Furnas, no rio Homem.

Porém, a sua importância não se resume à produção de energia eléctrica, representando também uma mais-valia estratégica como reservatórios de água doce para o Norte Litoral, existindo várias captações de água que abastecem não só população do distrito de Braga, nomeadamente, os concelhos de Terras de Bouro, Amares, Vila Verde, Braga e Barcelos, como, recentemente, áreas de concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Assumem assim um papel de destaque como fonte de quantidade e qualidade da água e uma importância estratégica também relevante como pontos de água no combate a incêndios florestais.

Clima

O território do Parque encontra-se inserido na transição da região Eurosiberiana e Mediterrânica. É assim influenciado por vários tipos de clima: atlântico e mediterrânico e continental (PNPG, 1995).

O efeito de barreira às massas de ar quente e húmido, vindas do mar, das serras do Minho, nomeadamente as serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, determinam a elevada pluviosidade desta região, com precipitação geralmente superior a 1500 mm/ano, ultrapassando por vezes os 3000 mm/ano, o que a torna a região mais pluviosa de Portugal e uma das mais chuvosas da Europa (Honrado, 2003).

Na região surgem inúmeros microclimas induzidos pelas variações de altitude e características topográficas que geram diversas condições de humidade, diferentes exposições e grandes amplitudes térmicas (PNPG, 1995). Os valores médios anuais de humidade do ar variam entre os 75 e os 85% e a temperatura média anual da região oscila entre os + 10 °C e os + 16 °C (PNPG, 2002).

2.2. ANÁLISE BIOLÓGICA

Flora e Vegetação ¹

A diversidade climática do Parque Nacional potenciada por um relevo acidentado do terreno permite inferir uma elevada riqueza florística da região (Honrado, 2003). O Parque Nacional da Peneda-Gerês apresenta de facto uma flora briológica e vascular muito rica constituída por 317 e 817 taxa respectivamente (PNPG, 2007).

Destacam-se alguns endemismos do Noroeste da Península Ibérica que ocorrem no PNPG: *Armeria humilis* subsp. *humilis*, *Iris boissieri*, *Thymelaea broterana*, *Armeria humilis* subsp. *odorata*, *Centaurea herminii* subsp. *herminii*, *Murbeckiella boryi*, *Senecio doria* subsp. *legionensis*, *Valeriana repens* e *Veronica micrantha* (PNPG, 2007).

Entre as espécies de briófitas dadas para o PNPG, o *Racomitrium lusitanicum* é um endemismo da Península Ibérica e 14 taxa são endemismos europeus – *Bryum platyloma*, *Campylopus brevipilus*, *Frullania fragilifolia*, *Gymnomitrium crenulatum*, *Isothecium holtii*, *Lejeunea lamacerina*, *Marsupella profunda*, *Plagiochila punctata*, *Plagiochila killarniensis*, *Ptychomitrium polyphyllum*, *Radula holtii*, *Rhynchostegium alopecuroides*, *Saccogyna viticulosa* e *Ulota bruchii* (PNPG, 2007).

De acordo com a Lista de Espécies Botânicas a proteger em Portugal (Ramos Lopes & Carvalho, 1990, citado por PNPG, 1995) e tendo por base as categorias da IUCN: 18 estão em perigo de extinção, 17 são vulneráveis, 1 é rara e duas estão consideradas extintas (PNPG, 1995).

No que se refere à vegetação natural, o Parque Nacional é conhecido pelas grandes manchas de carvalhos. Além de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* ocorrem também *Betula celtibérica*, *Prunus lusitanica*, *Taxus baccata*, *Sorbus aucuparia* ou *Ilex aquifolium*. No estrato arbustivo aparecem frequentemente *Crataegus monogyna*, *Pyrus cordata*, *Frangula alnus*, *Cytisus sp. pl.*, *Erica arborea*, *Ruscus aculeatus* e *Vaccinium myrtillus*. No estrato herbáceo existem muitos geófitos de floração precoce, anterior ao completo desenvolvimento das folhas dos carvalhos como *Narcissus triandrus* subsp. *triandrus*, *Erythronium denis-canis*, *Anemone trifolia* subsp. *albida*; e espécies esciófilas como *Geranium sp. pl.*; *Saxifraga spathularis*, *Luzula sylvatica* subsp. *henriquesii*, *Pseudarrhenatherum longifolium*, *Dryopteris sp. pl.* e *Polypodium sp. pl.* (PNPG, 1995, 2007).

A maior parte do território (74%) está no entanto coberta por matos (PNPG, 2007). Os matos dominantes na zona do PNPG são os tojais (caracterizados pela presença de *Ulex minor* e *Ulex Europaeus*), os urzais (dominados por *Erica umbellata* e *Calluna vulgaris*), os matos de altitude (com presença de zimbro rasteiro *Juniperus communis ssp. alpina* e *Erica australis ssp. aragonensis*) e os matos higrófilos compostos por *Erica tetralix*, *Ulex minor*, *Erica ciliaris*, *Drosera rotundifolia*, *Pinguicula lusitanica*, *Viola palustris ssp. juressi* e *Molinia caerulea*, entre outras (PNPG, 1995).

¹ Adaptado de: GOMES, I.D.A.L.O. (2007) – Valorização da Biodiversidade na Definição de Prioridades de Ordenamento no Parque Nacional da Peneda-Gerês; Tese de Mestrado (versão provisória) em Georrecursos, UTL/IST; Lisboa.

Os prados de feno e/ou sujeitos a pastagem (lameiros) representam apenas 4% da área total do PNPG, mas encerram uma grande biodiversidade com vários endemismos e espécies raras (PNPG, 2007). Salientam-se as seguintes espécies: *Cynosurus cristatus*, *Holcus lanatus*, *Anthoxanthum odoratum*, *Hypochoeris radicata*, *Trifolium repens*, *Centaurea rivularis*, *Chamaemelum nobile*, *Ranunculus repens*, *Deschampsia gallaecica* e *Juncus acutiflorus* (Honrado, 2003).

Ainda se deve destacar a presença de turfeiras, que apresentam um elevado interesse a nível nacional pela sua raridade, dimensão e qualidade. Destacam-se algumas espécies: *Glyceria declinata*, *Juncus bulbosus*, *Callitriche stagnalis*, *Eleocharis multicaulis*, *Potamogeton polygonifolius*, *Juncus bulbosus*, *Baldellia alpestris*, *Hypericum elodes*, *Rhynchospora alba*, *Narthecium ossifragum*, *Lycopodiella inundata*, *Anagallis tenella* e *Waglenbergia hederacea* (PNPG, 2007).

A vegetação ribeirinha merece também destaque. Ocorrem nos cursos de água do PNPG várias plantas merecedoras de especial protecção: *Woodwardia radicans*, *Salix atrocinerea*, *Betula celtiberica*, *Fraxinus angustifolia*, *Laurus nobilis*, *Frangula alnus* e *Sambucus nigra*, *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (PNPG, 1995, 2007).

Estão identificados 128 tipos de vegetação natural (Honrado, 2003), distribuídos por 31 classes fitosociológicas e que podem ser agrupados em 7 grandes grupos de vegetação natural: Bosques e matagais pré-florestais; Vegetação herbácea, não pratense, de orlas e clareiras florestais; Matos e matagais heliófilos; Prados e vegetação pioneira de leptossolos; Vegetação herbácea higrófila; Vegetação rupícola e epifítica; Vegetação nitrófila antropozoogénica (Cerqueira, 2006).

A Tabela 2 estabelece a correspondência entre a vegetação e os habitats definidos na Directiva Habitats.

Tabela 2. Correspondência entre a vegetação e os habitats.

Vegetação	Habitats
Bosques	
Azerais e medronhais arbóreos	5230*pt2 + 5230*pt3
Carvalhais	8220pt3 + 6220pt4 + 9230pt1 + 9380
Carvalhais e azerais	5230*pt2 + 8220pt3 + 9230pt1
Carvalhais com teixo	8220pt3 + 9230pt1 + 9580
Bosques mesotróficos e lourçiais	5230*pt1 + 8220pt3 + 9160pt1 + 9160pt2
Bosques de teixo	9580*
Bosques ripícolas	3130pt2 + 3260 + 91E0*pt1 + 91E0*pt2
<i>Pinhais de pinheiro-silvestre</i>	
Matos	
Matos montanos com afloramentos rochosos	4030pt3 + 4030pt4 + 8220pt1 + 6160pt2 + 6220pt4 + 4090
Matos montanos	4030pt3 + 4030pt4 + 6160pt2 + 6220pt4
Matos colinos sobre granitos sintectónicos com afloramentos rochosos	4030pt2 + 8220pt1 + 8230pt1



Matos colinos sobre xistos e granitos pós-tectónicos com afloramentos rochosos	4030pt3 + 8220pt1 + 8230pt1 + 6220pt4
Matos colinos sobre granitos sintectónicos	4030pt2 + 8230pt1 + 6220pt4
Matos colinos sobre xistos e granitos pós-tectónicos	4030pt3 + 8230pt1
Prados	
Mosaico agro-florestal rico em lameiros	6410pt2+6430pt1+6510+8220pt3+9230pt1
Rios	
Vegetação aquática e ripícola não arbórea	3130pt2 + 3260
Turfeiras	
Complexos higroturfosos	3130pt2 + 4010 + 4020*pt1 + 6230* + 7140pt2 + 7150

Fauna

Pela associação de uma notável riqueza florística com uma fisiografia singular para Portugal, existem no Parque Nacional da Peneda-Gerês um conjunto de habitats naturais que suportam uma diversificada comunidade faunística. As condições climatéricas desta área protegida, caracterizadas por regimes pluviométricos elevados e amplitudes térmicas moderadas, proporcionam um grande crescimento da vegetação e permitem a manutenção de variados habitats com uma grande diversidade de espécies animais.

Até ao momento foram recenseadas 235 espécies de vertebrados autóctones, o que é bem representativo da diversidade faunística, merecedora de destaque a nível nacional e internacional. Do total, 204 são protegidas ao nível nacional e internacional por convenções (Convenção de Berna e Convenção de Bona), directivas (Directiva Aves e Directiva Habitats) e legislação específica. Setenta e uma pertencem à lista de espécies ameaçadas do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal.

Dos invertebrados, foram recentemente catalogadas 1196 espécies pertencentes a 9 grupos. Destacam-se, pela sua importância em termos de conservação, 2 espécies de borboletas (*Euphydryas aurinia* e *Callimorpha quadripunctata*), 2 escaravelhos (*Lucanus cervus* e *Cerambyx cerdo*) e um gastrópode (*Geomalacus maculosus*), espécies estas protegidas pela Directiva Habitats.

Mamíferos

No que toca aos mamíferos e na comunidade de carnívoros podem destacar-se a ocorrência do Lobo (*Canis lupus*), da Marta (*Martes martes*), do Arminho (*Mustela erminea*), do Gato-bravo (*Felis silvestris*) e da Lontra (*Lutra lutra*), espécie esta estreitamente ligada aos habitats aquáticos.

O Lobo, espécie com estatuto de ameaça “EM PERIGO”, tem no território do PNPG a sua maior densidade da Península Ibérica, mantendo-se estáveis, nos últimos anos, os seus parâmetros populacionais.

A Marta é uma espécie marcadamente florestal, que tem no PNPG uma das poucas áreas conhecidas de ocorrência em Portugal, encontrando-se no limite Sul da sua área de distribuição. Também o Arminho tem no PNPG uma das suas áreas de ocorrência conhecidas. Esta espécie é



característica do Norte da Europa, encontrando-se o PNPG no limite Sul da sua área de distribuição. Ambas as espécies têm estatuto de conservação.

O Gato-bravo, com estatuto de “VULNERÁVEL”, é mais característico dos habitats mediterrânicos mas ocorre igualmente no PNPG, fruto de sua localização geográfica, como zona de transição entre várias influências climáticas.

O Corço (*Capreolus capreolus*), espécie emblema do PNPG, encontra-se aqui bem representado, tendo havido um incremento notório das suas populações nos últimos anos, acompanhando a tendência populacional do norte do país.

A Cabra-montesa (*Capra pyrenaica*), espécie extinta em Portugal desde 1890 e reintroduzida 109 anos depois no Parque Natural da Baixa Limia – Serra do Xurés (na fronteira com o PNPG), é a espécie mais emblemática que ocorre no PNPG. A sua população tem vindo a ser monitorizada, sendo possível observar, ao longo dos anos, um incremento importante no número de indivíduos e na área que ocupa, à medida que vai colonizando o habitat disponível. Apesar disso, continua a ser uma espécie com estatuto de “CRITICAMENTE EM PERIGO” segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Dos pequenos mamíferos podem destacar-se a Toupeira-de-água (*Galemys pirenais*), o Musaranho-de-água (*Neomys anomalus*), ambas espécies com hábitos semi-aquáticos, e o Musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), espécie endémica da Península Ibérica com estatuto de “INFORMAÇÃO INSUFICIENTE”.

A comunidade de morcegos presente no PNPG revela características principalmente atlânticas, embora com elementos sub-mediterrânicos, como *Rhinolophus euryale*. Conhecem-se 15 espécies de morcegos, 11 dos quais com estatuto de ameaça. Destaca-se o morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*), classificado como “CRITICAMENTE EM PERIGO”, e o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*) e o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), cujo estatuto é “VULNERÁVEL”. De mencionar ainda a ocorrência do morcego-negro (*Barbastella barbastellus*) e do morcego-arborícola-pequeno (*Nyctalus leisleri*), espécies características de habitats florestais de folhosas bem desenvolvidas, o que atesta a importância da conservação das já raras manchas de floresta natural madura em Portugal.

Aves

Relativamente à avifauna encontram-se recenseadas 173 espécies residentes, estivais, invernantes e ocasionais, sendo de destacar a importância ornitológica do Planalto da Mourela. A diversidade de espécies presentes na Mourela varia consideravelmente ao longo do ano e de habitat para habitat, sendo de 36 o número de espécies aqui recenseadas e que constam do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.



Deste grupo destacam-se as seguintes, pela reduzida distribuição em Portugal: *Circus cyaneus*, *Pernis apivorus*, *Gallinago gallinago*, *Lanius collurio*, *Emberiza citrinella*, *Sylvia borin* e *Saxicola rubetra*.

Para a espécie *Saxicola rubetra* a Mourela representa o único local de nidificação conhecido em Portugal, enquanto as espécies *Lanius collurio* e *Emberiza citrinella* podem ser encontradas a nidificar igualmente no Planalto de Castro de Laboreiro.

Merecem ainda uma referência especial na totalidade do território do PNPG as espécies *Turdus philomelos*, encontrada a nidificar em Portugal pela primeira vez em 1991, *Pyrrhula pyrrhula*, *Anthus trivialis*, *Pyrrhocorax pyrrhocorax* e *Falco peregrinus*.

Répteis

Das 28 espécies de répteis existentes em Portugal ocorrem no PNPG 19 espécies, destacando-se pelo seu estatuto de conservação o Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e a Víbora-de-seoane, ambas com estatuto “EM PERIGO”, e a Cobra-lisa-europeia (*Coronella austriaca*) e a Víbora-cornuda (*Vipera latastei*), com estatuto “VULNERAVEL”. De mencionar ainda o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a Víbora-de-seoane (*Vipera seoanei*) que é um endemismo de Norte da Península Ibérica, muito rara no nosso país, cuja distribuição em Portugal se restringe a zonas do PNPG (Castro Laboreiro, Soajo e Tourém) e a outras populações junto a Paredes de Coura, Montalegre e Serra do Larouco.

Anfíbios

Das 17 espécies de anfíbios existentes em Portugal, no PNPG ocorrem 13 espécies. Destas destacam-se pelo seu estatuto de conservação a Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e o Tritão-palmado (*Triturus helveticus*), ambos com estatuto “VULNERAVEL”, e a Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), com estatuto “QUASE AMEAÇADO”.

Peixes

Os cursos de água de montanha, muitas vezes referenciados como rios truteiros, pelas suas características propícias à Truta-do-rio (*Salmo trutta*), são ecossistemas da maior importância. No PNPG ocorrem 6 espécies de peixes autóctones, podendo ainda ser encontradas, especialmente nas albufeiras, pelo menos 5 espécies de peixes introduzidas. Podem destacar-se a Panjorca (*Chondrostoma arcasii*) e a Enguia-europeia (*Anguilla anguilla*) pelo seu estatuto de conservação “EM PERIGO”.

Enumeram-se ainda algumas espécies bem representativas da nossa fauna que encontram nos habitats aquáticos o seu biótopo preferencial:

- a Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), é um mamífero com hábitos semi-aquáticos, cuja distribuição se restringe às regiões Norte da Península Ibérica e aos Pirinéus Franceses;
- a Lontra (*Lutra lutra*), carnívoro bem adaptado aos sistemas dulciaquícolas e em declínio populacional na Europa, encontra na área do Parque Nacional condições propícias à sua existência,



nomeadamente cursos de água onde a disponibilidade alimentar é suficiente e a presença de vegetação das margens permite condições de abrigo.

- o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), espécie endémica da região Ocidental da Península Ibérica, habita nas regiões montanhosas e nas suas orlas, junto de cursos de água com cobertura vegetal;

- a Rã-Ibérica (*Rana ibérica*), endémica da região Noroeste da Península Ibérica, em Portugal é sobretudo uma espécie de regiões montanhosas embora se encontre em zonas periféricas mais baixas.

Invertebrados

Dos invertebrados, foram recentemente catalogadas 1196 espécies pertencentes a 9 grupos. Destacam-se, pela sua importância em termos de conservação, 2 espécies de borboletas (*Euphydryas aurinia* e *Callimorpha quadripunctata*), 2 escaravelhos (*Lucanus cervus* e *Cerambyx cerdo*) e um gastrópode (*Geomalacus maculosus*), protegidas pela Directiva Habitats.

Distribuição das espécies

Nos últimos anos foram feitos trabalhos que visaram o conhecimento da distribuição de alguns grupos de vertebrados, nomeadamente aves, répteis e anfíbios. Mantém-se no entanto alguma carência de informação relativamente aos mamíferos e aos peixes.

Foi ainda feito o inventário e distribuição de alguns grupos de invertebrados, nomeadamente Insectos da ordem Coleóptera, Lepidoptera, Hemiptera, Hymenoptera, Orthoptera e Dermaptera, Moluscos e Aracnídeos.

As observações destas espécies encontram-se registadas e mapeadas em bases de dados existentes no PNPG.



2.3. ÁREAS COM ELEVADO VALOR DE DIVERSIDADE²

A análise das áreas com elevado valor de diversidade teve por base a análise da distribuição pontual das espécies que ocorrem no PNPG. Esta análise foi baseada numa grelha 2kmx2km – quadrículas UTM para a área do PNPG. O tamanho da quadrícula foi seleccionado por ser o tamanho mínimo comum a todos os taxa considerados no estudo. Foram analisados dados de 13 espécies de anfíbios, 20 de répteis e 144 de aves, num total de 233 quadrículas analisadas.

Para cada quadrícula foi calculada a riqueza específica e o valor médio da raridade, vulnerabilidade e Valor Ecológico da Espécie (baseado no índice proposto pelo ICN (2001)) das espécies presentes nessa quadrícula. A raridade foi medida como o inverso do número de quadrículas em que a espécie está presente. Para o cálculo da vulnerabilidade foram utilizadas as categorias do *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal* (Cabral *et al.*, 2005). Foram atribuídos diferentes valores às diferentes categorias de ameaça (ver Anexo III). Para as espécies para as quais não havia informação foi atribuído, por precaução, o valor correspondente à classe insuficientemente conhecida. O valor ecológico da espécie (VEE) é um valor atribuído a cada espécie e resulta da soma ponderada de uma série de variáveis, que se podem agrupar em quatro classes: estatuto de conservação, estatuto biogeográfico, sensibilidade ou estatuto biológico e estatuto regional.

O cálculo do VEE foi proposto, em 2001, pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICN, 2001) e foi adaptado da metodologia criada por Palmeirim *et al.* (1992), desenvolvida no âmbito do Plano de Ordenamento da Área Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e da metodologia utilizada pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (ICN, 2000).

As variáveis, incluídas no estatuto de conservação, pretendem reflectir o grau de ameaça de cada espécie, tal como o seu valor de conservação dado pela sua protecção legal. O estatuto biogeográfico pretende exprimir a relevância das populações em função da sua distribuição. As variáveis incluídas para o cálculo do estatuto biológico pretendem, por sua vez, reflectir a sensibilidade biológica das espécies através das suas características. O estatuto regional pretende quantificar as espécies em termos regionais e tem em conta a raridade, ameaças locais e outras particularidades que reflectam o interesse regional.

Foram consideradas áreas com elevada diversidade, 33% das quadrículas (77 quadrículas) com valores mais elevados para cada critério. Este valor representa a percentagem da área que está actualmente afectada a área de Ambiente Natural. Na avaliação do conjunto dos taxa, foram também avaliadas as quadrículas com os 10% (24 quadrículas) de valores mais elevados.

Biótopos

A Carta de Biótopos, obtida a partir da Carta de Ocupação do Solo (COS90 do CNIG) e actualizada em estudo produzido pela ESAPL em 2006, e a Carta de Habitats Naturais (Anexo B-I Dec^o Lei 140/99) do Parque Natural da Peneda Gerês, produzida pelo CIBIO e Faculdade de Ciências da

² Adaptado de: GOMES, I.D.A.L.O. (2007) – Valorização da Biodiversidade na Definição de Prioridades de Ordenamento no Parque Nacional da Peneda-Gerês; Tese de Mestrado (versão provisória) em Georrecursos, UTL/IST; Lisboa.

Universidade do Porto. Foi ainda utilizado o Inventário Florestal do PNPG, elaborado em 2002, para obtenção de informação sobre as áreas ocupadas por Pinheiro-silvestre.

A carta final resultou em 13 classes de biótopos: Carvalhais, Lameiros, Matos, Misto de folhosas e resinosas, Outras folhosas, Outras resinosas, Complexos higróturfosos, Agrícola, Bosques Ripícolas, Bosques de pinheiro-silvestre, Eucaliptais, Águas Interiores e Urbano.

Valor Faunístico do Biótopo

Para o cálculo do VFB, foi utilizada a metodologia proposta pelo ICN (2001) que, para além do cálculo do valor das espécies prevê a identificação Biótopos da Fauna (com base na Carta de Vegetação, adaptando as diferentes unidades de vegetação a unidades de utilização faunística) e a Valoração Faunística dos Biótopos propriamente dita (com base no VEE e na riqueza específica do biótopo).

A distribuição das espécies pelos biótopos foi inferida em função das suas preferências ecológicas. Estes dados foram obtidos a partir da informação bibliográfica referida acima. No caso da avifauna foram utilizadas preferencialmente as descrições de uso de habitats descritas no Atlas das Aves do PNPG (Pimenta & Santarém, 1996).

Valor Botânico do Biótopo

Para o cálculo do VB foi utilizada uma adaptação do índice proposto por Cerqueira (2006). Embora a metodologia previsse diferentes níveis de complexidade, na análise do VB apenas foi analisado o nível habitat, conforme definidos pela Directiva Habitats. Cada habitat foi avaliado segundo sete critérios: grau de alteração, insubstituibilidade ou resiliência, ameaça, valor florístico e fitocenótico, número de associações de plantas, raridade e serviços de ecossistema. A cada um destes critérios foi atribuído um valor normalizado para o intervalo [0,10]. O valor de cada habitat resultou da soma dos vários critérios.

Dado que os biótopos são constituídos por diferentes habitats, para obtenção do valor do biótopo, foram somados os valores de cada um dos habitats que integram o biótopo. A Tabela 3 resume a correspondência entre os habitats prioritários e os biótopos ou unidades de utilização faunística.

Tabela 3. Correspondência entre os habitats prioritários e os biótopos.

Biótopos	Habitats Naturais e Semi-Naturais
Outras Folhosas (Azerais e medronhais arbóreos)	5230*pt2 +5230*pt3
Carvalhais	8220pt3 + 9230pt1 + 9380 +5230*pt2 +9580 +9160pt1 + 9160pt2
Outras resinosas (Bosques de teixo)	9580*
Bosques ripícolas	3130pt2 + 3260 + 91E0*pt1 + 91E0*pt2
Matos (Urzais, tojais, giestais, afloramentos rochosos)	4030pt3 + 4030pt4+ 8220pt1 + 6160pt2 + 4090 +8230pt1
Mosaico agro-florestal rico em lameiros	6410pt2+6430pt1+6510+8220pt3+9230pt1
Águas interiores	3130pt2 + 3260
Complexos higróturfosos	3130pt2 + 4010 + 4020*pt1 + 6230* + 7140pt2 + 7150



2.4. PAISAGEM

Para a área do PNPG foi identificado um conjunto de 10 unidades de paisagem, resultantes de uma análise das características mais marcantes e da compreensão das dinâmicas presentes, conferindo-lhes um conjunto de atributos particulares que permitem a sua individualização, a partir de critérios de homogeneidade relativa.

As unidades de Paisagem identificadas foram as seguintes:

- UP nº1 – Castro Laboreiro;
- UP nº2 – Lamas de Mouro;
- UP nº3 – Ribeiros;
- UP nº4 – Gavieira;
- UP nº5 – Ramiscal;
- UP nº6 – Soajo;
- UP nº7 – Serra Amarela Norte;
- UP nº8 – Campo do Gerês-Gerês;
- UP nº9 – Serra do Gerês e faldas Sul
- UP nº10 – Planalto da Mourela.

Na sua identificação, foram tidas em conta as seguintes variáveis/componentes:

- Geologia (geologia, geomorfologia e locais de interesse geológico);
- Fisiografia (hipsometria, declives, exposições e linhas de fecho);
- Hidrografia (bacias hidrográficas, linhas de água e planos de água);
- Património biológico (habitats, zonas com estatuto de protecção e coberto vegetal);
- Usos do solo (usos do solo, correspondências entre lugares, altitude dos lugares e rede viária);
- Património construído (património arqueológico e património arquitectónico).

Na Tabela 4 são descritos os limites das Unidades de Paisagem identificadas, respectiva área e percentagem, relativamente ao território do Parque Nacional.

Tabela 4. Descrição dos limites das Unidades de Paisagem identificadas.

	Descrição	Área (ha)	% do total do PNPG
UP1	Castro Laboreiro Freguesia de Castro Laboreiro, Concelho de Melgaço Fronteira com Espanha (coincidente com os limites do Parque Nacional), segue pelo fecho que liga Porto dos Cavaleiros a Chã da Matança e, posteriormente, por uma linha de cumeada secundária com direcção ao rio Castro Laboreiro até ao ponto de origem.	7 196	10,3%
UP2	Lamas de Mouro Freguesia de Lamas de Mouro, Concelho de Melgaço Fecho que une Porto dos Cavaleiros a Portela do Lagarto e seguindo até Outeiro Alvo; deste ponto segue-se o limite administrativo até à EN 202-3 (coincidente com o limite do Parque Nacional) e depois até ao ponto de origem.	1 048	1,5%
UP3	Ribeiros Freguesia de Castro Laboreiro, Concelho de Melgaço Rio Castro Laboreiro pela linha de fecho que divide o território de Mareco até	1 563	2,2%



	perto das Cruzes segue o limite administrativo do concelho de Melgaço, passando pela Água Santa até ao rio Castro Laboreiro e deste ponto até ao local de origem pela fronteira.		
UP4	Gavieira Freguesia de Gavieira, Concelho de Arcos de Valdevez Portela do Lagarto com direcção (pelo limite do concelho) até ao limite exterior do Parque Nacional, seguindo em Cabeça da Laje (Lamas do Vez) o festo de separação das águas dos rios Peneda e Adrão com direcção à portela de Tibo e daí até à Mistura das Águas; sobe até sensivelmente Cruzes, passando por Águas Santas pelo limite do Concelho de Arcos de Valdevez; deste ponto pelo festo com direcção até à portela do Lagarto.	5 533	7,9%
UP5	Ramiscal Freguesia de Cabreiro, Concelho de Arcos de Valdevez Desde Cabeça da Laje (Lamas do Vez) pelo limite administrativo do Parque Nacional, até ao entroncamento da estrada que segue para Bouças Donas, seguindo para Guidão, passando por Pedrada e daí até ao ponto de origem sempre pela linha de festo.	3 364	4,8%
UP6	Soajo Freguesia de Soajo, Concelho de Arcos de Valdevez Desde Mistura das Águas, pelo rio Castro Laboreiro até à confluência com o rio Lima; segue-se pelo limite do Parque Nacional até ao entroncamento da via que segue para Bouças Donas; daí pelo festo que liga Guidão a Pedrada, depois para Outeiro Maior, descendo deste novamente por um festo até à portela de Tibo e até ao ponto de origem.	4 984	7,2%
UP7	Serra Amarela Norte Freguesias de Lindoso, Britelo, Entre-ambos-os-Rios, Ermida e Germil, Concelho de Ponte da Barca Pelo limite do Parque Nacional na albufeira de Touvedo, prosseguindo pelo rio Lima, limite de fronteira na albufeira do Lindoso e Serra Amarela, pelo festo principal até ao limite do Parque Nacional e novamente por este até ao ponto de origem.	9 394	13,5%
UP8	Campo do Gerês-Gerês Freguesia de Campo do Gerês, Rio Caldo e Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro Ponte em Rio Caldo sobre a albufeira da Caniçada, pelo limite do Parque Nacional ao longo das EN304 e 307, albufeira de Vilarinho das Furnas, rio de Furnas até ao festo principal da serra Amarela; prossegue-se até à linha de fronteira até as Gargantas das Negras, onde se inflecte para sul, rodeando as Minas dos Carris, e seguindo ao limite do distrito e de freguesia até aos Cocões do Coucelinho; deste ponto pela linha de festo que separa o vale do Homem dos afluentes que correm para sul até aos Prados da Messe, Curral da Serra, Lomba do Pau, Freza, depois pelo talvegue até à fonte do Arado, novamente para sul primeiro pelo caminho rural e depois pela estrada municipal; prossegue-se pela estrada referida até ao festo que limita o vale do Gerês a nascente, acompanhando este até à albufeira da Caniçada e pelo limite do Parque Nacional até ao ponto de origem.	11 284	16,2%
UP9	Serra do Gerês e faldas Sul Freguesia de Vilar da Veiga e de Campo do Gerês, Concelho de Terras de Bouro e Freguesia de Cabril, Concelho de Montalegre Barragem de Salamonde pelo limite do Parque Nacional para nascente até ao encontro da ribeira de Cavadas com o rio Cávado, pelo limite administrativo de freguesia até sul do maciço da Garganta das Negras;	11 957	17,2%



	daqui coincidente com o limite da UP8 até à albufeira da Caniçada, seguindo depois pelo limite do Parque Nacional para poente até ao ponto de origem.		
UP10	Planalto da Mourela Freguesias de Outeiro, Paradela, Covelães, Pitões das Júnias e Tourém, Concelho de Montalegre Começando no maciço da Garganta das Negras pela linha de fronteira até ao Cabeço da Pala, onde inflecte para sul pelo limite do Parque, prosseguindo pelo mesmo até ao encontro da ribeira de Cavadas com o rio Cávado; daqui coincidente com o limite da UP9 até ao ponto de origem.	13 338	19,2%



2.5. PATRIMÓNIO

O percurso do PNPG no que respeita ao estudo e conhecimento do seu património, material e imaterial, tem sentido uma evolução positiva, sobretudo a partir de 1979 com o início dos trabalhos de inventariação do património arqueológico, arquitectónico e de valor etnográfico existente na área do Parque.

No âmbito da revisão do Plano de Ordenamento foram feitos esforços significativos no sentido de actualização e validação do património inventariado e classificado na área PNPG, tendo-se obtido um inventário de património arqueológico e arquitectónico bastante mais desenvolvido e consolidado relativamente ao conhecimento do património existente. Considera-se no entanto que esta tarefa não está terminada, tendo sido identificada a necessidade de sistematização de conhecimentos no que respeita à valorização, divulgação, e protecção dos elementos que constituem o património arqueológico, arquitectónico e com valor etnográfico existente na área.

Dos estudos de actualização e validação do património existente referidos, resultou o actual inventário do património do Parque Nacional da Peneda-Gerês, devidamente cartografados e inseridos em bases de dados. Seguidamente, apresenta-se a síntese dos dados de inventário existente:

Património Inventariado

O Inventário do PNPG apresenta, à data e distribuídos pelo território dos 5 concelhos que abrange, 291 testemunhos de património arqueológico (sendo que 17 desses testemunhos correspondem, simultaneamente, a património arquitectónico), 677 testemunhos de património arquitectónico (sendo que 17 desses testemunhos correspondem, simultaneamente, a património arqueológico), distribuído. Grande parte dos elementos do património arquitectónico encerra valor etnográfico, concretamente 510 testemunhos.

Parte do património arquitectónico do PNPG apresenta valor etnográfico, pois apresenta elementos, como fornos ou moinhos e outros associados a práticas agrícolas, religiosas e culturais que, estão ainda em uso, quotidiano ou esporádico, ou cuja existência, ainda que com alteração de uso ou mesmo ausência do mesmo, contribuem para a manutenção de valores etnográficos. Inserem-se nesta categoria as brandas, os espigueiros, abrigos dos currais e ainda elementos de práticas comunitárias. Salientam-se ainda as lendas e práticas associadas ao lobo, materializadas nos vários fojos existentes, bem como os elementos patrimoniais associados a práticas religiosas, de que são exemplo os cruzeiros e capelas.

Além dos exemplos referidos muitos outros elementos integram o património etnográfico do PNPG, como a gastronomia, os cantares, as danças, as lendas, várias artes e ofícios (todo o processo de transformação da lã extraída das ovelhas na primavera em lã para fazer meias, mantas e outros nos teares de madeira), as festividades carnavalescas das terras transmontanas e outras festas cíclicas desta zona e os arcaicos utensílios agrícolas (mas ainda em uso, como o carro das vacas ou os arados de madeira, entre muitos outros).

Património Classificado

No território do PNPG, são objecto de classificação um total de 22 elementos, dos quais 8 são Monumento Nacional, 9 são Imóvel de Interesse Público, 4 estão em Vias de Classificação e 1 está Inventariado.

Monumento Nacional

○ Castelo de Castro Laboreiro

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 33 587, de 27.3.1944).

○ Ponte Nova ou da Cava da Velha

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 1/86, de 3 de Janeiro).

○ Necrópole / Antas da Serra de Soajo

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. (Decreto de 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910).

○ Pelourinho de Soajo

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo (Decreto de 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910).

* Este monumento foi restaurado pelo PNPG em 1980.

○ Castelo de Lindoso

Freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo (Decreto de 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910).

○ A Via Romana XVIII (Geira) no seu traçado por Terras de Bouro, da milha XIV (Santa Cruz) à milha XXXIV (Albergaria), incluindo todas as estruturas arqueológicas a ela associadas.

Concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (com Despacho de Abertura de 26 de Maio de 2003.)

A Geira - 35 marcos miliários, série Capela (Vide "Braga"), já estava classificada como Monumento Nacional desde 16-06-1910, (DG 136, de 23-06-1910).

○ Igreja e ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias

Freguesia de Pitões das Júnias, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real (Decreto nº 37 728, de 5.1.1950).

○ Cruzeiro de S. João do Campo

Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto de 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910);

Imóvel de Interesse Público

o Pelourinho de Castro Laboreiro

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 23122, DG 231 de 11 de Outubro de 1933, ZEP, DG 231 de 02 de Outubro de 1959, ZEP, DG 218 de 17 de Setembro de 1969);

o Pontes das Cainheiras, de Dorna e de Varziela

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 1/86, DR 2, de 3 de Janeiro).

o Conjunto constituído pela Ponte de Assureira, Capela de São Brás e moinho de água a nascente da Ponte

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 26-A/92, DR 126 de 1 de Junho).

o Eira do Penedo (Espigueiros do Soajo)

Freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. (Decreto nº 8/83, DR 19, de 24 de Janeiro).

o Ruínas da Calcedónia

Freguesia de Covide, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 516/71, DG 274, de 22 de Novembro).

o Igreja matriz de Castro Laboreiro ou Igreja de Santa Maria da Visitação

Freguesia de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo (Decreto nº 45/93, DR 280 de 30 de Novembro).

o Marco miliário Covide e Campo

Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 44 075, DG 281, de 5 de Dezembro de 1961).

o Sepultura do Frade ou Campa do Frade

Freguesia de Vilar da Veiga, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 95/78, DR 210, de 12 de Setembro).

o Marco miliário de Campo



Freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (Decreto nº 44 075, DG 281, de 5 de Dezembro de 1961).

Em vias de Classificação

- o. Necrópole Megalítica da Serra Amarela

Freguesia de Britelo, Ermida e Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo

- o. Estância Arqueológica do Chelo.

Freguesia de Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga

- o. Estância Termal das Caldas do Gerês.

Freguesia de Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga

- o. Espigueiros de Lindoso e local onde se implantam

Freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo

Inventariado

- o. Estátua-Menir da Ermida.

(Freguesia da Ermida, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)

- o A Estátua-Menir foi inventariada como património móvel (Despacho do Secretário de Estado da Cultura comunicado pelo ofº nº 000140, de 6.1.83, do IPPC). Está actualmente conservada no Núcleo Museológico da Ermida.



2.6. SÓCIO-ECONOMIA

Ocupação do Solo³

Da análise da evolução da ocupação do solo, entre 1990 e 2000, na área do PNPG verificaram-se mudanças significativas em termos de ocupação e uso do solo. Estas mudanças são mais visíveis nas zonas de encosta, sendo que as menores alterações ocorridas se identificam nas regiões de maior altitude.

As áreas florestais apresentaram um declínio acentuado, alterando principalmente para incultos [I], em particular os povoamentos de *Quercus* [QQ], espécie autóctone de importante valor ecológico. Mesmo assim, evidenciou-se alguma regeneração por todo o território. Por outro lado, o aumento de espécies exóticas como o eucalipto [E] na área protegida confirma uma crescente humanização do território. A presença desta espécie normalmente evidencia também o aparecimento de outras espécies exóticas de carácter infestante, como acácias (*Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*) e háquias (*Hakea spp.*), originando conflitos com a conservação dos valores ecológicos existentes.

O aumento das áreas de incultos e zonas descobertas sem ou com pouca vegetação, advêm de maior erosão ou incêndios, tendo por consequência a perda do recurso solo, devendo ser tomadas medidas de gestão no sentido de estabilização destes sistemas, promovendo a regeneração natural, isto é, a sucessão ecológica.

Embora se tenha verificado algumas situações de reflorestação de resinosas e regeneração natural de *Quercus*, estas alterações ocorridas têm uma acrescida preocupação dado que originarão perdas a nível de ecossistemas e fauna e flora associados, como também o aumento do potencial risco de erosão e consequente perda do recursos solo das zonas de montanha e encostas.

Em relação às áreas agrícolas, o abandono desta actividade reveste-se da maior acuidade em áreas de montanha onde as formações arbustivas de carácter invasor se instalam, traduzindo-se num empobrecimento da fauna e flora existentes. Sucede-se ainda com frequência o ciclo tradicional mato-fogo-mato com consequências graves em termos de perda do solo e de dificuldade na reabilitação do ecossistema. Por outro lado, assiste-se a uma progressiva conversão de culturas anuais para lameiros, evidenciando o desenvolvimento da actividade agropecuária neste território.

Relativamente à expansão urbana, esta tem-se dado sobre as áreas agrícolas, reflectindo a opção de novas construções em vez da recuperação das anteriores, de uma forma desordenada já que ocupam solos com aptidão agrícola, desvalorizando este recurso.

Verificou-se uma expansão dos aglomerados, em particular na zona turística ao longo do Rio Gerês e na albufeira de Caniçada, em Terras de Bouro. No entanto, a dinâmica populacional observada em todo o território não acompanha o crescimento urbano, evoluindo no sentido oposto, ou seja, tem vindo a diminuir. Esta situação encontra-se relacionada com a opção da construção de novos edifícios, em vez da recuperação dos antigos, e à massificação do turismo.

³ FERNANDES, S.S. (2006); "Análise da Evolução da Ocupação e Uso do Solo: aplicação com base num SIG para o Parque Nacional Peneda-Gerês"; Relatório Final de Licenciatura em Eng.º do Ambiente e Recursos Naturais, ESAPL; Ponte de Lima



É de salientar que a carta de ocupação e uso do solo para 2000 do PNPG foi elaborada em dois momentos diferentes. A carta de ocupação para 2000 do território pertencente aos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, foi elaborada em 2004, encontrando-se validada para a realidade dessa data. Por outro lado, a carta de ocupação elaborada neste trabalho baseou-se em ortofotomapas de diferentes datas: do ano de 2000, para Terras de Bouro, e de 2002, para Montalegre. Para além disso, a cartografia final tem um desfasamento de seis/quatro anos em relação ao momento actual, facto que não é relevante visto que a ocupação do solo, apesar de dinâmica, para este período de tempo não sofreu alterações demasiado significativas, e, tendo sido validada, mais recentemente (2007), com ajuste de categorias e classes, servindo por isso como um instrumento de elevado rigor científico (validação geométrica e de atributos).

Evolução demográfica e estrutura populacional

O Parque Nacional da Peneda-Gerês abrange território de 22 freguesias, distribuídas pelos concelhos de Melgaço (Castro Laboreiro e Lamas de Mouro), Arcos de Valdevez (Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz e Soajo), Ponte da Barca (Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Ermida, Germil e Lindoso), Terras de Bouro (Campo do Gerês, Covide, Rio Caldo e Vilar da Veiga) e Montalegre (Cabril, Covelães, Outeiro, Pitões das Júnias, Sezelhe e Tourém).

A população residente no conjunto destas freguesias soma, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, 11 046 habitantes.

Observando a evolução demográfica das freguesias do Parque desde 1864 verifica-se que estas seguem, sem desvios significativos, a dinâmica demográfica do território nacional e dos concelhos em que se inserem, particularmente até ao momento em que, com a forte emigração das décadas de sessenta e setenta do século passado, se reforça a assimetria interior/litoral que se começara a formar a partir de 1940.

De facto, salvo diferenças pontuais ao nível concelhio, é a partir da década de sessenta que os valores do PNPG se afastam da tendência nacional, para se aproximarem dos valores das regiões do interior norte e centro.

Os movimentos migratórios – internos e externos – das décadas de sessenta e setenta reflectem a estrutura económica, social e política da época e as assimetrias do desenvolvimento do país. Ao contexto político-militar desfavorável e ao atraso da economia portuguesa, que conduzem uma grande percentagem da população portuguesa à emigração e à concentração nos grandes centros urbanos, associa-se, no caso das comunidades rurais do interior Norte e centro do país, as dificuldades de manter um sistema produtivo abalado pela política florestal do Estado Novo dos anos quarenta, cujas consequências se fazem então sentir.

Privadas de um recurso basilar à actividade económica na qual se alicerçava todo o seu sistema produtivo – o baldio enquanto zona de pastagem e de fornecimento de bens essenciais ao processo produtivo e à economia doméstica – as populações rurais vêem-se obrigadas a procurar melhores condições de vida fora da região. O Parque Nacional da Peneda-Gerês, cujo território começou a ser



submetido ao regime florestal nos finais do século XIX (Gerês e Manteigas foram as primeiras administrações florestais a instalar-se no interior do país, em 1888) é atingido por este forte movimento migratório, perdendo entre 1960 e 1970 cerca de 12,4% da sua população e 21,6% durante a década seguinte.

Entre 1981 e 1991, período que a nível nacional foi já de alguma recuperação, o PNPG apresentava um decréscimo populacional de 14,7%. Durante a década de noventa esta tendência negativa mantém-se e o PNPG perde novamente cerca de 14% da sua população residente, o que contraria a evolução positiva que o país no seu conjunto, e o Norte em particular, apresentam.

Esta tendência recessiva não é, no entanto, exclusiva das freguesias do Parque. Se analisarmos comparativamente o comportamento dos concelhos de que estas fazem parte verificamos que todos apresentam um decréscimo populacional, embora menos acentuado do que na década anterior. É excepção o concelho de Terras de Bouro cuja perda de população se agrava nesta última década.

Se para a perda de população dos anos sessenta e setenta terão contribuído particularmente os fluxos migratórios para o exterior, nas de oitenta e noventa começam a sentir-se os efeitos da mortalidade e das baixas taxas de natalidade que dificultam a renovação da população, em especial pela taxa de crescimento natural negativa.

Estrutura socio-económica

A taxa de actividade⁴ no Parque Nacional da Peneda-Gerês em 2001 era de 30,5% e a população empregada residente distribuía-se da seguinte forma pelos sectores de actividade, para 1991 e 2001:

Tabela 5. Distribuição da população residente empregada segundo o sector de actividade.

	Sec. Primário	Sec. Secundário.	Sec. Terciário	Taxa de actividade	Taxa de desemprego
1991	52,6	22,9	24,5	33,8	5,9
2001	24,9	35,8	39,3	30,5	8,1

Estes valores confirmam a terciarização iniciada na década de oitenta, acompanhada agora por um fortalecimento do sector secundário, o que traduz a progressiva perda de importância da agricultura como actividade dominante e como principal fonte de rendimento e a sua transformação em actividade secundária.

Sector Primário

O sector primário, outrora dominante em toda a área do Parque, é neste momento o sector com menor representatividade no conjunto da população empregada. Embora dominasse nas décadas passadas, a verdade é que este sector já não era capaz de, por si mesmo, gerar rendimentos que permitissem um razoável nível de vida. Tratava-se fundamentalmente de uma agricultura de produção

⁴ Define o peso da população activa (empregados e desempregados) sobre a população total.



familiar, que subsistia (e subsiste ainda) associada a outras fontes de rendimento, como as receitas institucionais (pensões de velhice e de invalidez) e as receitas do exterior que compunham o rendimento familiar. Mais recentemente, os subsídios surgem também como um importante complemento económico, sendo simultaneamente o suporte ou a garantia de continuidade de algumas actividades agro-pecuárias. Note-se porém que a perda de população empregada no sector primário traduz, em alguns casos, a sua transferência para uma indústria directamente associada à produção animal: o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne, na qual se inclui o tradicional “fumeiro”.

A produção animal, habitualmente associada à agricultura, é a actividade do sector primário que oferece maior rentabilidade económica. No entanto, cerca de 60 a 70% das receitas do sector agrário provêm dos subsídios.

A silvicultura poderá também ser uma fonte de rendimento para quem possui propriedades. No entanto, a área de propriedade privada no Parque é reduzida. A maior parcela de propriedade florestal é pertença da comunidade (baldios), e a sua rentabilização resulta, em parte, da sua boa gestão.

Sector Secundário

Começa a ser notória a dependência da população residente no PNPG a este sector de actividade que emprega, como vimos, uma elevada percentagem da população activa. A maioria desta mão-de-obra é absorvida pela construção civil. Apenas em Pitões das Júnias, Outeiro e Sezelhe – e em menor grau, Cabril – se destaca o abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne.

Sector Terciário

O sector terciário foi ganhando importância, sendo hoje o principal empregador. No interior do Parque os serviços públicos são ainda escassos e o comércio é pouco diversificado, e a população empregada distribui-se por diferentes ramos de actividade. A população empregada no sector terciário, actualmente o principal empregador, distribui-se por diferentes ramos de actividade, verificando-se em algumas freguesias uma maior concentração em actividades relacionadas com o turismo, como a hotelaria, restauração, comércio a retalho de bebidas, produtos alimentares e outros produtos.

Estrutura do povoamento

A subsistência num território de montanha com declives pronunciados, com uma forte fragmentação do relevo, onde os solos são pobres e o risco de erosão é elevado, passa obrigatoriamente pela construção de um sistema social e produtivo assente na auto-suficiência e na máxima rentabilização dos recursos, sem prejuízo da sua manutenção sustentável como garante de sobrevivência futura. A ocupação do território no PNPG reflecte essa realidade. Ela obedece às determinantes do meio geográfico e à abundância dos recursos e evolui à medida que esses condicionalismos se alteram, quer naturalmente, quer por força da acção antrópica.



São as serras (Peneda, Soajo, Amarela e Gerês) e as linhas de água que cruzam o território nos dois sentidos que condicionam a estrutura de povoamento do PNPG.

O sistema de montanha

O sistema é constituído pelo lugar, os campos, a floresta, a branda e a serra, que se interrelacionam de uma forma estratégica e complementar, e simultaneamente identificam-se no território, por si só, de uma forma integrada.

Funcionando com base numa coordenação de trabalhos, cria e depende de uma comunidade coesa e interdependente. Sendo esta comunidade auto-suficiente, a população implementa e desenvolve um conjunto de tarefas, desde os trabalhos agrícolas, passando pela gestão quotidiana, até à construção das habitações.

Ao abordar o habitat rural em zonas de montanha, observamos que a sua implantação corresponde a um conjunto de condicionantes em que o homem elegeu o desenvolvimento da actividade agro-pastoril⁵ como prioritária, respondendo simultaneamente a um conjunto de outras directrizes, a localização numa área intermédia entre campos e serra, o aproveitamento máximo do terreno arável (em que o assentamento do aglomerado é num afloramento rochoso ou num terreno esquelético de menor aptidão agrícola), a escolha de um local protegido (ex: das enxurradas), aprovisionado de água, resguardado dos ventos e bem orientado.

Cada micro-sistema é constituído por elementos quase invariáveis: no fundo da encosta, a zona arável em socacos de campos-prado, acima desta, onde o declive é já mais acentuado, localiza-se uma cintura de bouças de mato. Entre estas duas áreas encontra-se a aldeia, tomando uma posição intermédia entre terrenos aráveis e serra. No planalto e chãs de altitude localizam-se as brandas, os baldios, os pastos e cultivo de sequeiro.

A principal variação a este modelo está relacionada com as características específicas do território onde se implanta o lugar, ou seja, o que varia é a relação de proporção entre área de cultivo, tipo predominante de cultivo (de sequeiro ou regadio) e a área de pastos, em que a área de baldio e pastos é muito superior à área de campos

Os aglomerados rurais

A análise sobre os vários núcleos construídos conclui que o meio geográfico proporciona diferentes tipos de implantação em que as condicionantes físicas, associadas à gestão que o homem fez do espaço de montanha na área do PNPG, determinaram um modelo territorial próprio.

O lugar, os campos-prado, as brandas e a serra formam um conjunto que deve ser lido e entendido como um todo. O lugar integrado no território constitui um conjunto, que identifica uma unidade coesa que funciona num sistema contínuo, ligado por uma rede de caminhos e gerido por uma determinada

⁵ Sendo a pecuária e a agricultura duas actividades de tal maneira interdependentes que não subsistem isoladamente – a produção de gado é feita em regime extensivo da primavera ao Outono e de semi - estabulação com alimentação forçada no Inverno, e, sendo a principal fonte de rendimento, funciona também como motor de todo o sistema agro - pastoril.

comunidade organizada. Trata-se de um sistema estruturado e funcional que aproveita os recursos e os explora em todas as suas especificidades.

Assim, a ocupação do espaço, e especificamente a implantação dos aglomerados, relaciona-se com as condicionantes físicas e culturais, as actividades económicas, com os diferentes usos do solo no que diz respeito à sua aptidão e com o comportamento integral de toda a área como consequência das fortes restrições que o meio impõe.

Tal como já foi enunciado sobre a estrutura do povoamento, a configuração do relevo, os cursos das linhas de água, o clima, os solos, a vegetação e os recursos naturais têm sido condicionantes para a forma como o homem se fixa no território.

Integrado na mesma análise pode-se especificar que a presença pontual de superfícies chãs associada à pobreza dos solos, impulsiona o aproveitamento máximo das zonas favoráveis à instalação de explorações agrícolas, mesmo que estas tenham dimensões reduzidas, pelo que, e numa situação concordante, as zonas com menor capacidade produtiva são utilizadas para a implantação/assentamento dos aglomerados.

Considera-se assim que a implantação dos aglomerados se baseia num conjunto de condicionantes físicas e humanas que identificam um modelo de ocupação que remonta à época romana. Depreende-se assim que a localização no território de cada lugar se baseia num modelo de exploração sustentado na utilização dos recursos de forma expedita e de economia de trabalho e meios – o povoado implantado a meia encosta; ao nível das menores cotas os campos agrícolas, os socialcos, as várzeas; acima da cota do lugar a área florestal; por último, a cotas superiores, as áreas de matos, o pastoreio.

Os aglomerados ou lugares de montanha apresentam, ainda hoje, um funcionamento em sistema fechado⁶ que derivam de comunidades auto-suficientes, produzindo o necessário à sua subsistência – as trocas comerciais tinham um âmbito muito local, a maioria das vezes para a troca de produtos que o lugar não produzia.

Este modelo, um funcionamento em sistema fechado e auto-suficiente, implicou um mecanismo considerado auto-limitante: o território era explorado em todas as suas capacidades sem ultrapassar os seus limites de produção e renovação, sob pena de destruir o património natural e os suportes produtivos para as gerações seguintes. Trata-se de um sistema estruturado e funcional, com um tempo de sedimentação significativo, adaptação e experimentação, o qual, pela sua solidez, resistiu às adversidades políticas, sociais e económicas ao longo dos anos, permanecendo em funcionamento até aos nossos dias.

Apesar da sua resistência, o sistema está debilitado e ameaça, pela primeira vez, desaparecer, fruto da desertificação e conseqüente abandono das práticas tradicionais e da falta de incentivos para a fixação de população em idade activa.

⁶ Equiparados aos denominados “lugares-tribo”, que identifica relações sociais muito fechadas em torno de valores exclusivistas, especialmente segregados.

Equipamentos, Infra-estruturas e Serviços

Habituação, Abastecimento de Água e Saneamento, Rede Eléctrica

Relativamente ao que se observava em 1995, verificou-se, nos últimos anos, uma melhoria significativa das infra-estruturas básicas dos alojamentos, como o abastecimento de água e energia, as instalações sanitárias e a rede de saneamento.

Pelos dados do INE (Retrato Territorial, 1998) e de um estudo realizado no PNPG (2004)⁷ os alojamentos familiares ocupados têm já, na sua maioria, abastecimento de água ao domicílio e instalações sanitárias com ligação à rede pública de saneamento.

No que diz respeito à rede eléctrica, actualmente todos os aglomerados têm electricidade.

Rede Pública de Águas Residuais e Recolha de Lixo

A maior parte das freguesias dispõe de tratamento de águas residuais, com ligação a fossas sépticas colectivas (41%) ou mesmo a estações de tratamento de águas residuais (ETAR 27%). Já são apenas 2 as freguesias que recorrem a sistemas particulares (fossas sépticas individuais) e já não existem fossas a céu aberto.

A recolha de lixo também se generalizou a quase todas as freguesias, havendo mesmo recolha selectiva (com a colocação de ecopontos) em 91% dos casos. Esta recolha é feita através das empresas de gestão de resíduos intermunicipais (Valorminho, Resulima, Braval e Resat).

Rede Viária e Transportes Públicos

Os aglomerados situados junto às vias principais de acesso, habitualmente estradas nacionais ou municipais, são servidos regularmente por transportes públicos.

No entanto, os aglomerados mais afastados das estradas encontram-se mais isolados, sendo os residentes obrigados a recorrer ao táxi, a transportes privados ou a transporte ocasional nos meios de transporte escolar.

A situação de isolamento é particularmente sentida nos aglomerados da Gavieira, onde o transporte público só funciona em período escolar, na Ermida e em Germil, onde o transporte público não chega e nas freguesias do concelho de Montalegre, onde apenas há transporte público nos dias em que há feira (às Quintas-feiras de 15 em 15 dias) ou se recorre ao transporte escolar.

O desenvolvimento da rede viária veio, contudo, introduzir novas questões na gestão do território do PNPG: se, por um lado, permitiu uma melhoria das acessibilidades para a população residente, contribuindo assim para a melhoria das suas condições de vida, também facilitou o acesso aos muitos visitantes que procuram esta região e que poderão nela deixar muitos dividendos. Esta maior procura surge, no entanto, associada a alguns factores de perturbação local e ambiental, como a deposição de resíduos fora dos locais apropriados e a degradação dos acessos, em particular dos estradões florestais (que são de difícil manutenção) pelo trânsito, por vezes excessivo, de veículos

⁷ CUNHA, 2004

todo-o-terreno, em busca de novas actividades e locais. Mas, por via de iniciativas locais conjuntas, podem já registar-se algumas soluções de consenso para procurar combater estes problemas.

Correios e Telefone

Praticamente todos os aglomerados da área do PNPG têm um posto público de correios e telefones. Funcionam habitualmente em pequenos comércios locais, de função polivalente ou em casas particulares. Só em Castro Laboreiro e no Gerês encontramos Estação de Correios. A maior parte das freguesias têm também montado um sistema de distribuição local do correio.

A maioria dos aglomerados dispõe de telefones particulares e da cobertura de pelo menos uma rede de telemóvel.

Saúde e Assistência Social

A rede de assistência à saúde é constituída por 5 Extensões dos Centros de Saúde localizadas no território do PNPG (Soajo, Rio Caldo, Cabril, Covelães e Tourém) e por 5 Centros de Saúde instalados nas sedes de concelho, que reúnem condições de funcionalidade e têm capacidade para dar resposta às solicitações correntes dos utentes.

A área do concelho de Melgaço continua a ser a mais desfavorecida, dado que não dispõe de nenhuma Extensão de Saúde, tendo os utentes que se deslocar ao Centro de Saúde da sede de concelho. No concelho de Ponte da Barca existe, desde Junho de 2007, uma Unidade de Saúde Móvel.

Algumas sedes de freguesia como Castro Laboreiro, Soajo, Rio Caldo e Vilar da Veiga dispõem de farmácia.

Para a Urgência Médico-Cirúrgica (1.º nível de atendimento do novo sistema de referência hospitalar) os utentes de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca terão de recorrer ao Hospital de Viana do Castelo, os de Terras de Bouro ao Hospital de Braga e os de Montalegre ao Hospital de Chaves. Como Urgência Polivalente (2.º nível) recorrerão a Braga ou a Vila Real.

Complementando os serviços prestados pelo Estado existem alguns equipamentos de assistência social disponibilizados por instituições sociais, que dotam algumas freguesias de serviços de apoio à infância e à 3.ª idade. Existem assim no território do PNPG alguns Centros de Dia, Lares de Idosos, Apoio Domiciliário a Idosos, ATL e Creche.

Lazer, Desporto e Cultura

Um pouco por todo o Parque existem já (ou estão previstos) alguns equipamentos de lazer, desporto e cultura, bem como meios e locais de atendimento e sensibilização ambiental e de promoção e divulgação do património natural, histórico e sócio-cultural dos concelhos que integram o PNPG (como por exemplo portas do PNPG, núcleos museológicos, etc.)

Podemos também encontrar, para além das IPSS mais ligadas à assistência social, algumas associações sócio-culturais e/ou recreativas a desenvolver actividades nestes domínios.



Comércio e Serviços

Tal como em 1995, continua a verificar-se uma certa dependência dos aglomerados em relação às sedes de freguesia (no caso dos bens de consumo mais diversificados) e também às sedes de concelho (no caso de alguns serviços básicos como o ensino e assistência à saúde e no caso dos serviços mais especializados como tribunal, finanças, dependências bancárias, farmácia, comércio mais especializado, etc.).

No entanto, quase todas as freguesias (à excepção da Ermida, na Ponte da Barca) dispõem de minimercado e café e alguns pólos como o Gerês, Castro Laboreiro e Soajo reúnem já alguns serviços específicos: estação de correios, farmácia, posto da G.N.R., dependência bancária e outros comércios e serviços. No Gerês existe mesmo um centro comercial onde é possível encontrar, para além de alguns equipamentos camarários (com auditório, clube de saúde e biblioteca com Internet pública, por exemplo), diversas lojas de artesanato, sapataria, roupas, papelaria e afins, florista, etc.

Educação

Rede escolar por nível de ensino

A rede escolar do PNPG sofreu, desde 1995, diversas alterações:

- a) O **Ensino Pré-Escolar** generalizou-se a todos os concelhos que integram a área do Parque, com pelo menos 1 estabelecimento em cada concelho.
- b) O **1.º Ciclo do Ensino Básico** é assegurado por uma rede de 13 escolas dentro do PNPG, tendo-se verificado o encerramento da maior parte das escolas com 10 ou menos de 10 alunos. Os respectivos alunos foram encaminhados para as escolas mais próximas, dentro dos Agrupamentos de Escolas a que pertencem.
- c) O **Ensino Básico Mediatizado** (Ciclo Preparatório TV) deixou de funcionar pelo que os respectivos alunos passaram a frequentar as escolas do 2.º Ciclo do Ensino Básico existentes nas respectivas sedes de concelho, ou em Rio Caldo, no caso de Terras de Bouro.
- d) O **3.º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário** também funcionam nas respectivas sedes de concelho, ou, mais uma vez, em Rio Caldo, no caso de Terras de Bouro, o que obriga igualmente à deslocação dos alunos para as respectivas sedes de concelho ou para localidades alternativas como Braga, Vieira do Minho ou Vila Verde.

Na maior parte destas escolas começaram a funcionar Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais, com uma ou duas turmas em cada escola, complementados com o Ensino Profissional existente nas Escolas Profissionais dos concelhos da área do Parque.

Em 2006 foram definidas e aprovadas as Cartas Educativas de todos os concelhos do PNPG, no sentido de reorganizar a rede escolar de cada um.

Actividades

Agropecuária



Associado ao decréscimo populacional já anteriormente referido, acrescenta-se que, nesta última década, se registou uma quebra de 32% para o número total de explorações com superfície agrícola útil. Contudo, a estrutura produtiva da maioria das unidades produtivas enquadra-se nos sistemas de produção tradicionais desta zona de montanha, centrando-se no equilíbrio entre as produções vegetais e animais.

Em termos de ocupação de superfície agrícola útil, no que concerne às actividades vegetais, permanecem em lugar de destaque os prados e pastagens permanentes, as culturas forrageiras e prados temporários, seguidas das tradicionais culturas do milho-grão, da batata, do centeio, do feijão e das hortícolas.

São as culturas destinadas à alimentação dos animais as que apresentam preponderância em termos de ocupação da superfície agrícola útil, não tendo, contudo, uma relação directa com a representatividade no número de explorações. Tal situação revela que a maioria das unidades produtivas promove a diversificação cultural, em sucessão ao longo do ano, de forma a otimizar a sua estrutura fundiária. As culturas tradicionais transmitem-se de geração em geração e para algumas espécies, nomeadamente o milho-grão, o centeio e o feijão, as características edafo-climáticas específicas desta região promoveram a adaptação destas espécies às condições ambientais. Assim, pelo simples facto de se cultivar estas variedades regionais, neste ambiente serrano, contribui para a manutenção de um recurso genético e produtivo, com características nutritivas especiais, algumas delas únicas no mundo.

Quanto à pecuária concentra-se essencialmente nos herbívoros, nomeadamente nos bovinos, pequenos ruminantes e equinos. Comprova-se, que nesta última década se registou um decréscimo do número de explorações vocacionadas para as principais espécies pecuárias, não se verificando uma relação linear para todas as espécies, no referente à variação dos efectivos.

Tendo em consideração esta tendência regressiva e generalizada para todo o sector agrário, destacam-se os pontos mais significativos a considerar na área do Parque Nacional:

- Nestas últimas décadas o forte surto migratório que se fez sentir em toda a região, afectou directamente o processo evolutivo dos sistemas produtivos. O decréscimo populacional associado à feminização e ao envelhecimento dos produtores conduziu a uma falta de disponibilidade de mão-de-obra agrícola. Esta situação reflectiu-se essencialmente na redução do número de explorações e numa quebra acentuada do efectivo das principais espécies pecuárias, bovina, ovina e caprina, existentes no Parque.
- O sistema tradicional de pastoreio tem-se alterado, verificando-se o abandono de certas brandas de cultivo e da maior parte das brandas de gado. As pastagens naturais, existentes nas áreas de usufruto comunitário, permanecem como a principal fonte de alimentação dos animais. Contudo, devido ao reduzido número de pastores, associada à falta de disponibilidade para pernoitar na serra, registou-se uma mudança no maneio dos animais. Actualmente o mais frequente é a permanência dos bovinos, na serra, durante todo o ano.



- Entretanto surge uma situação emergente com forte impacto ambiental, reflectida no aumento exponencial do número de cavalos, verificado nesta última década. Estes animais predominam no planalto de Castro Laboreiro, nas serras da Peneda e do Soajo e Gerês e inserem-se em explorações agrícolas que integram um novo sistema de produção: Equinos em Regime Natural. Os animais vivem livres, sem grande controlo, e pastam por todo o Parque durante todo o ano. A razão desta expansão está provavelmente relacionada com a sedutora apetência das receitas económicas resultantes da adesão às medidas de política em vigor. Aparentemente promove-se a inversão do sistema produtivo e, de uma forma directa, o actual manejo do gado, de forma livre e sem arbítrio, apresenta um impacto deveras negativo no tão frágil ambiente serrano.

Floresta

A floresta assume um papel fundamental no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, pela importância na conservação da natureza, na economia e na paisagem, sendo um elemento fundamental na estratégia de gestão do PNPG e na sua relação com as comunidades locais.

A área florestal no PNPG (com 11 332 ha - 16% da Área Protegida) caracteriza-se por uma elevada diversidade de espécies e uma estrutura muito irregular, relacionada com as características físicas e com a ocupação humana do território, distinguindo-se os tipos de floresta de acordo com a utilização feita pelo homem ao longo do tempo.

No PNPG existe uma área de 5 984 ha de folhosas, verificando-se o domínio da floresta autóctone de carvalhos (*Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*). A floresta de resinosas ocupa uma área de 2 672 há, onde predominam o pinheiro bravo e o pinheiro-silvestre.

A presença de grandes manchas de floresta autóctone, principalmente de carvalho, marca desde sempre a paisagem do Parque, sendo estas formações de grande importância para a manutenção da biodiversidade, florestas cuja principal função é a de conservação. Destacando-se os carvalhais das Matas do Ramiscal, da Peneda, de Castro-Laboreiro, de Palheiros-Albergaria, do rio Beredo e rio Mau.

As florestas de resinosas resultam de acções de arborização em áreas anteriormente ocupadas por matos, levadas a cabo pelos Serviços Florestais, no início do século XX. Apesar de plantadas com objectivos económicos, contribuem para a diversidade biológica e paisagística do Parque. Podem não constituir povoamentos puros, particularmente em povoamentos de pinheiro bravo onde se encontram outras espécies de folhosas, constituindo florestas mistas de resinosas e folhosas, que apresentam alguma riqueza do ponto de vista florístico e faunístico.

Com a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971, todo o Parque ficou sujeito ao regime florestal, através do seu decreto de criação. A gestão florestal dos Baldios passou a ser da responsabilidade do PNPG, que é efectua de acordo com a lei em vigor.

O regime da propriedade no PNPG é dominado pelos baldios ocupando cerca de 50 004,6 ha. Desta área 5 644,0 ha são ocupados por floresta, composta por 2 706,2 ha de folhosas, 1 693,2 ha de



resinosas e 1 244,6 ha de floresta mista de folhosas e resinosas. Estas manchas tem uma estrutura etária e de densidades muito diversificada, resultado principalmente dos incêndios que têm ocorrido.

A floresta privada ocupa cerca de 3 836,3 ha, que correspondem a pequenas propriedades em média inferiores a 1 ha, o que implica dificuldades para a gestão, geralmente os proprietários não valorizam a floresta. É dominada pela floresta de folhosas com 2 508,0 ha e resinosas com 728,7 ha. A floresta mista de folhosas e resinosas ocupa 599,6 ha.

A Mata Nacional do Gerês foi criada em 17 de Agosto de 1888, tem uma área de 5 199,6 ha e é ocupada por 1 775,0 ha de floresta, maioritariamente por folhosas (Albergaria e Palheiros), com 742,3 ha, resinosas, com 229,8 ha, e misto de folhosas e resinosas, com 803,2 ha.

Nos anos noventa o Parque Nacional promoveu diversas acções de arborização, recorrendo a diversos programas comunitários. Estas acções privilegiaram essencialmente o aproveitamento de situações de regeneração natural e a arborização com espécies folhosas, visando a compartimentação de povoamentos, como medida de prevenção de incêndios florestais, criando a descontinuidade de combustível e, simultaneamente, promovendo a diversificação da paisagem.

Caça e Pesca Desportiva

A estratégia seguida pelo ICNB e conseqüentemente pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês na área da Conservação da Natureza implicou a implementação de um regime de caça e pesca desportiva que favorecesse o correcto ordenamento destas actividades, desde sempre praticadas pelos naturais e residentes no território. Este regime passa por não comprometer a sobrevivência das espécies cinegéticas e por salvaguardar a sobrevivência das espécies protegidas.

Em cooperação com as Autarquias Locais e Associações compostas por naturais e residentes nesta Área Protegida e, suportado no quadro legal existente, o PNPG apoiou a criação das 21 Zonas de Caça Associativa existentes:

Tabela 5 – Zonas de Caça Associativa na área do PNPG (Fonte: SIG/PNPG)

Zona Caça Associativa	Área	Nº Caçadores
Castreja	2 265 ha	76
Lamas de Mouro	2 862 ha	98
Gavieira	2 087 ha	114
Soajo	2 832 ha	151
Cabana Maior	1 556 ha	27
Gondoriz	1 718 ha	55
Cabreiro	1 691 ha	51
Serra Amarela	2 229 ha	50
S.Miguel / Britelo	1 409 ha	64
Germil	689 ha	64
Foral I	968 ha	34
Foral II	583 ha	34
Campo do Gerês	634 ha	23
Calcedónia	1 528 ha	56
Serra do Gerês	2 625 ha	53
Fafião	1 442 ha	65
Cabril	1 505 ha	65
Cernada	1 126 ha	31
Covelães	700 ha	56
Pitões / Tourém	1 550 ha	54
Sezelhe	950 ha	31



As principais espécies cinegéticas na área do PNPG são: Coelho Bravo (*Oryctolagus cuniculus*); Perdiz Vermelha (*Alectoris rufa*); Raposa (*Vulpes vulpes*); Javali (*Sus scrofa*) sendo, os processos e períodos de caça regulados de forma a garantir a salvaguarda da reprodução das espécies cinegéticas.

O apoio do PNPG à gestão das Zonas de Caça Associativa (ZCAs) que estão total ou parcialmente incluídas no território da AP, materializou-se de forma diversa, tendo sido atingidos resultados relevantes, nomeadamente:

- Diminuição da pressão cinegética, pelo facto do acesso às ZCAs ser exclusivo a naturais e residentes e o Plano de Exploração ser compatível com o enquadramento específico de ZCAs dentro de uma área protegida;
- Diminuição da pressão sobre a fauna selvagem e redução acentuada do furtivismo em toda a área do Parque, pela criação de um corpo organizado de Guardas Florestais Auxiliares que funcionam em cooperação próxima com o corpo de Vigilantes da Natureza e, mais recentemente, da GNR-SEPNA.
- Reforço de vigilância sobre actividades ilegais no parque, nomeadamente perseguição directa e indirecta a grandes predadores, como o lobo-ibérico.
- Reforço de meios humanos na detecção precoce e combate a fogos florestais.

Futuramente, o ordenamento cinegético na área do PNPG vai no sentido da agregação de ZCA vizinhas facilitando a sua gestão, fiscalização e melhoria da actividade cinegética ou a elaboração de planos globais de gestão (PGG) para determinada população cinegética.

Quanto à pesca desportiva, na área do PNPG foram criadas 8 concessões:

- . Rio Adrão e Ribeira de Bordença;
- . Rio Ázere e Ribeira de Bostelinhos;
- . Rio Ázere e Ribeira de Porto Avelar;
- . Rio Cabril e Rio de Pincães;
- . Rio Castro Laboreiro;
- . Rio da Peneda e Rio Grande ou da Veiga;
- . Rio Fafião;
- . Rio Freitas e Ribeiro da Roda.

Visando a conservação das comunidades piscícolas e dos seus habitats foi prestado apoio técnico na elaboração dos projectos de Concessão.

Apicultura

Em toda a área do PNPG a actividade apícola teve sempre um grande destaque, já que o mel constituía um elemento muito apreciado na dieta alimentar, simples ou combinado com outros produtos, assim como no tratamento de doenças, sendo por vezes usado para magias e rituais.



A partir dos anos 70 e 80 do séc. XX sofreu uma grande transformação, com a passagem do tipo Fixista (Cortiços) para o sistema Mobilista (Colmeias Móveis). Actualmente, estão inventariados na área do PNPG 235 apiários activos, com um total de 2 593 colmeias.

A evolução da apicultura foi constante, passando a haver menos colónias, mas mais e melhores produções de mel. Assim as médias de produção por colmeia passaram de 17 kg para 30 e 35 kg e a produção total passou de 20 ton para 70 ton.

No entanto, a transferência de conhecimento entre gerações não tem sido assegurada, sendo que os pais e avós não conseguem inculcar o gosto pela actividade, ou transferir os conhecimentos acumulados durante muitos anos. Uma das principais ameaças ao desenvolvimento da apicultura é sem dúvida o abandono/desaparecimento dos apicultores e do gosto pela actividade.

Os problemas de comercialização do mel são muitos, realizando-se a venda aos visitantes das aldeias e vilas, a venda a associações de artesanato ou a revendedores que o embalam e o comercializam.

A rotulagem, embora obrigatória, ainda não é uma prática corrente, sendo fácil encontrar frascos de mel sem qualquer tipo de identificação. A este nível seria desejável continuar com um conjunto de acções de sensibilização dos apicultores, aconselhando a adesão à certificação do mel na DOP existente (Mel das Terras Altas do Minho).

A par do abandono da apicultura, as questões ligadas à comercialização são outro factor fundamental para o declínio da apicultura no PNPG. Uma forte organização dos apicultores em associações, cooperativas ou agrupamentos de produtores (preferencialmente em torno da DOP ou até da área geográfica PNPG) poderia, com as devidas instalações e apoio técnico e institucional, colocar em funcionamento a Economia Apícola. Tendo sempre presente que esta solução seria complementar a outras, mas que traria vitalidade a uma actividade que corre o risco de a médio / curto prazo ficar reduzida a metade dos apicultores que foram inventariados (245).

A implementação de uma Central Meleira e a habitual existência de Apicultura na área geográfica do PNPG possibilitará uma expansão da actividade, caso se apoie a formação e se demonstre que a actividade da apicultura é uma mais-valia para as populações.

Os futuros apicultores deverão estar bem formados e informados, ligados ao mercado a partir de uma organização de produtores que lhes garanta assistência técnica, formação profissional, controlo de qualidade e colocação no mercado dos produtos apícolas, em especial o mel que é um óptimo alimento natural.

Turismo

O Turismo de Natureza é apontado hoje como um dos mercados mais promissores, isto é, de maior crescimento relativo.



A Região do Parque Nacional da Peneda-Gerês é reconhecida pelos recursos e potencialidades turísticas extraordinárias, que têm servido de suporte ao desenvolvimento de uma actividade turística relevante e com um peso crescente na economia da região.

Para além das actividades directamente relacionadas com o turismo, como a hotelaria, a restauração e a animação turística, o fenómeno da visitaçao nesta região tem contribuído indirectamente para a dinamização e aparecimento de outras actividades e serviços da economia local e, logo, para a criação de emprego. São disso exemplo a importância da construção civil e a expressão do comércio em algumas localidades da região. No caso dos serviços públicos verifica-se também uma relação importante, destacando-se a criação de postos de trabalho em determinados serviços, em especial os de atendimento e informação ao público e os de limpeza e manutenção de infra-estruturas e equipamentos urbanos.

Em termos gerais, a análise efectuada permite afirmar que a região do PNPG goza de uma razoável capacidade de alojamento, tendo crescido tanto em número de estabelecimentos como em número de camas. A leitura dos indicadores concelho a concelho revela, no entanto, uma grande concentração da oferta de meios de alojamento no concelho de Terras de Bouro, sendo este um dos primeiros sinais de desequilíbrio na oferta turística da região, pese embora o crescimento relativo observado nos restantes concelhos que integram o PNPG (em 2006, comparando com dados de 2000).

Todos os concelhos registaram variações positivas, sendo Montalegre o concelho com a maior percentagem de aumento (180%).

Em termos absolutos, o concelho de Terras de Bouro continua a ser o que mais contribui para o total do número de unidades de alojamento no conjunto dos 5 concelhos do PNPG, com um peso de 36,5% em 2000 e 36% em 2006. Em 2006, os concelhos com maior número de unidades de alojamento são Terras de Bouro (36 no total) e Arcos de Valdevez (27 no total), que somam 63% do total das unidades de alojamento em funcionamento nos cinco concelhos do PNPG. Enquanto em Terras de Bouro a tipologia mais importante em termos de unidades de alojamento são os empreendimentos turísticos (21 unidades), em Arcos de Valdevez é o TER (18 unidades) que mais contribui para o total das unidades de alojamento.

No que respeita à evolução segundo a tipologia de alojamento, entre 2000 e 2006, verifica-se que, no conjunto dos 5 concelhos do PNPG, o TER é a categoria que apresenta maiores taxas de crescimento (150%), seguindo-se os empreendimentos turísticos (111,11%) e os parques de campismo (16,67%). As casas de natureza mantiveram o mesmo número de unidades. Em termos absolutos, nos concelhos do PNPG entraram em funcionamento em 2006, face a 2000, mais 20 unidades de empreendimentos turísticos, 27 empreendimentos de TER e mais um parque de campismo, resultando daqui uma variação positiva de 92,31% no total das tipologias de alojamento.

Ao nível dos serviços de restauração, estima-se que existam na região (municípios que integram o PNPG) cerca de uma centena de restaurantes, variando entre os restaurantes que oferecem uma



gastronomia típica e baseada nos produtos agro-alimentares locais até aos estabelecimentos que servem uma ementa considerada mais internacional.

Nos últimos tempos, fruto de recentes alterações na legislação do sector e das exigências cada vez mais apertadas por parte dos consumidores, tem-se verificado uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e uma preocupação cada vez maior no que toca à oferta de pratos gastronómicos característicos da região e que valorizem as inúmeras raças autóctones da região.

NO PNPG, os serviços de restauração encontram-se essencialmente concentrados nas freguesias ou lugares mais importantes ou explorados turisticamente, nomeadamente nas Caldas do Gerês, Rio Caldo, Campo do Gerês, Covide, Soajo, Lindoso, Pitões das Júnias e Castro Laboreiro.

A animação turística é, tal como a nível nacional, uma componente de importância estratégica no conjunto da oferta turística na região do PNPG. Com efeito na região do PNPG, esta conjuntura contribuiu para a criação de novas empresas e para a requalificação de outras já instaladas, que diversificaram e qualificaram os seus serviços e actividades. A criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza, em 1998, e a publicação, em 1999, de diplomas legais que regulamentam a animação ambiental (animação turística) em Áreas Protegidas, contribuíram também para a reestruturação da oferta local de actividades de animação turística, sobretudo ao nível da qualificação dos serviços prestados.

Do conjunto das actividades de animação turística que podem integrar a oferta turística da região, as actividades de ar livre são as que têm maior expressão nos concelhos do PNPG. A região é reconhecida pelas excelentes condições que reúne para a prática de várias actividades de ar livre, entre as quais se destacam as de desporto de natureza ou turismo activo.

O pedestrianismo (incluindo a vertente do montanhismo ou o passeio pedestre, de carácter mais lúdico) é a actividade com maior peso na oferta local de actividades de animação turística (19 em 20 empresas promovem a actividade). Em menor grau, seguem-se os passeios todo-o-terreno, as actividades com cordas (escalada, rapel e slide) e a orientação. Para além das actividades organizadas por empresas e outras entidades de carácter privado, o Parque Nacional da Peneda-Gerês dispõe de um serviço de visitas guiadas e dinamiza actividades de educação ambiental. Estas actividades dirigem-se essencialmente a grupos escolares e funcionam com marcação prévia. No ano de 2006 o Parque organizou 45 visitas guias e 33 actividades de educação ambiental, tendo envolvido respectivamente 2.293 e 1.099 participantes. Embora estes serviços e actividades não devam ser analisados na mesma lógica que a oferta empresarial de actividades de animação turística, devem contudo ser referidos, pois representam mais uma oferta do território que promove a vinda de centenas/milhares de jovens ao Parque.

De acordo com o que tem vindo a ser referido, o turismo no PNPG sofreu, nestes últimos anos, grandes alterações. De uma actividade turística muito incipiente, o turismo passou hoje a ser considerado um sector estratégico para a região e um dos que regista maior crescimento.



A região conta actualmente com uma ampla oferta de actividades turísticas que vieram complementar e diversificar a oferta global, fundamentais à ocupação do tempo de permanência dos visitantes.

Para dar resposta às novas necessidades dos milhares de visitantes que todos os anos visitam o Parque, as entidades institucionais têm vindo a promover uma política de enquadramento dos visitantes. Com efeito, foram criadas várias estruturas cujo objectivo é o de receber, informar e enquadrar os visitantes. Paralelamente, combinando os objectivos da visita com os de requalificação e preservação do património histórico-cultural, foram criados alguns espaços e locais de visita, sobretudo através da criação de núcleos museológicos e musealização de locais e estruturas patrimoniais com a finalidade de os tornar visitáveis e de valorizar a cultura local.

Os centros de informação e de interpretação são estruturas fundamentais para levar a cabo os objectivos de enquadrar, gerir e sensibilizar os visitantes.

O Centro de Educação Ambiental do Videiro, instalado no Gerês, concelho de Terras de Bouro, entrou em funcionamento em 2003. É uma estrutura polivalente, que funciona não só como centro de informação e atendimento aos visitantes e residentes, mas também como espaço de promoção da educação ambiental.

As Portas do Parque foram criadas com o objectivo de proporcionar a recepção, a informação, a retenção ou a condução orientada dos visitantes do Parque. A sua função principal é a de receber os visitantes para que estes possam obter a informação adequada antes de iniciarem a visita ao Parque. Para além de informação geral sobre o território é proporcionado ao visitante informação específica sobre os percursos pedestres existentes e locais de interesse para que a visita e exploração do Parque sejam as mais adequadas possíveis.

Em resultado da importância que o pedestrianismo ou passeios pedestres assumem entre as preferências dos visitantes (é a actividade mais realizada), o Parque, as Câmaras Municipais e as Associações de Desenvolvimento Local, nomeadamente a ADERE-PG, assumiram como prioridade a implementação de percursos sinalizados e a edição dos respectivos guias de apoio. Estão neste momento implementados 29 percursos pedestres sinalizados no PNPG (perfazendo mais de 200 km de trilhos sinalizados).



3 – DIAGNÓSTICO

A criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês e a posterior publicação do actual Plano de Ordenamento permitiu uma melhor protecção ambiental a vários níveis.

Na Área de Ambiente Natural, foram limitadas ou interditas várias actividades com potenciais impactes negativos sobre a biodiversidade e a geodiversidade. Em resultado do Plano de Ordenamento e do posterior ordenamento cinegético, a caça e a pesca foram interditas na zona de Ambiente Natural, criando assim uma reserva de não caça superior a 23 000ha. A abertura de novas vias de comunicação ficou também interdita na Área de Ambiente Natural, o que nos permite actualmente usufruir no Parque Nacional da Peneda-Gerês de uma grande área de habitats não fragmentados. Outras actividades interditas nesta Área incluem a construção de edifícios, a captação de água, e a exploração de inertes. Para além destas, outras actividades foram condicionadas, permitindo a minimização dos seus impactes, onde se incluem a construção de infra-estruturas e a exploração de recursos florestais.

Na Área de Ambiente Rural foi desincentivada a construção fora dos perímetros urbanos e foram incentivadas as arborizações com espécies autóctones. Criou-se ainda a figura da Zona de Protecção aos Recursos e aos Sistemas Naturais, correspondendo à estrutura ecológica fundamental do território, onde se incluem as cabeceiras de linhas de água e de máxima infiltração, cujo normativo permitiu proteger as cumeadas e os recursos hídricos de perturbações como a construção de infra-estruturas e os cortes rasos de vegetação, incluindo também os solos agrícolas RAN e áreas de matas e habitats de interesse para a avifauna. A regulamentação para o uso e gestão destas áreas, permitiu salvaguardar áreas e processos naturais indispensáveis à conservação da natureza conciliando a sua preservação com os usos e actividades humanas.

A falta de um programa de monitorização da biodiversidade impediu uma análise mais exacta da implementação do Plano de Ordenamento em vigor, pelo que a sua criação deva ser uma das prioridades na implementação do novo Plano. No entanto, é hoje evidente a recuperação de populações de espécies como o corço, a cabra montês e o lobo, e é notório o potencial de expansão do carvalhal, um habitat da Directiva Habitats. Apesar destes resultados positivos, e em face das actuais pressões e também das oportunidades de desenvolvimento que vão surgindo, urge hoje rever não só a delimitação das diferentes zonas do regime de protecção, como também das actividades que podem ser praticadas em cada uma das zonas.

Resultados menos positivos foram obtidos ao nível da exploração de inertes, que apesar de condicionada ao auto-consumo das populações residentes e à Zona de Ambiente Rural, não impediu a proliferação de saibreiras um pouco por todo o território. A resolução deste problema é um dos principais desafios para esta revisão, que terá que passar necessariamente pelo cumprimento da lei geral sobre exploração de inertes, exigindo o planeamento dessa actividade e a recuperação ambiental das zonas afectadas.



Outra pressão ambiental que se intensificou, foi o problema das espécies exóticas e invasoras, com particular destaque para a *Acacia dealbata*. Apesar de terem sido feitos investimentos avultados no combate a esta espécie, a principal mancha, situada no vale do rio Gerês expandiu-se e foram localizados já novos núcleos. Para além disto assistimos à utilização continuada de espécies não autóctones, em projectos florestais e de arranjos urbanísticos, como o carvalho-americano. Será de considerar uma maior restrição da utilização de espécies não autóctones no novo plano de ordenamento. A própria utilização do pinheiro-bravo (espécie autóctone de Portugal, mas que ecologicamente não deveria ocorrer nesta região) em grandes manchas deverá ser analisada, uma vez que para aumentar a resiliência da floresta aos incêndios é prioritário substituir as manchas de resinosas por manchas de folhosas autóctones, promovendo um aumento dos valores de biodiversidade na área do Parque.

Em algumas zonas, a combinação de um risco de erosão elevado, uma vegetação escassa e a pressão da pastorícia e das queimadas para a renovação de pastagens, consistem numa pressão ambiental que urge controlar. O controlo do pastoreio e uma melhor gestão do fogo controlado são questões importantes na revisão do POPNG. Simultaneamente, o aumento da dimensão das explorações pecuárias e a necessidade de abrigar o gado em zonas fora do interior das aldeias coloca um desafio de ordenamento novo, o dos espaços de suporte forrageiro, mas também para a construção de estruturas de apoio e respectivas infra-estruturas.

A pressão do envenenamento, associada a conflitos pastor-predadores (com ênfase no lobo) e conflitos relativos à caça, embora tenha um âmbito de difícil tratamento ao abrigo do POPNP, não deve deixar de ser considerada. A melhoria desta situação poderá passar pela contemplação de medidas no programa de execução de maneira a melhorar a relação homem-lobo e também por eventual revisão do ordenamento cinegético e da criação de novas zonas de interdição à caça.

As pressões sobre os sistemas de água doce têm vindo a aumentar, quer através do aumento das captações e derivações de água, quer pelo aumento de pontos focais de poluição associados a pecuária mais intensiva ou a projectos de saneamento mal dimensionados. Tem também havido um aumento da pressão para a produção hidroeléctrica em mini-hídricas, que parece pouco compatível com a manutenção dos valores naturais consignados na classificação de áreas do PNPG, como sítio Rede Natura 2000. Aliás uma das alterações do enquadramento legislativo mais importantes em relação ao Plano de Ordenamento actual é precisamente a criação da Rede Natura 2000 e a revisão do regime de Avaliação de Impacte Ambiental, que têm implicações sobre a política de ordenamento e gestão do PNPG.

Desde a publicação do POPNPG, houve vários pedidos de informação prévia e processos de AIA sobre a instalação de parques eólicos no interior do PNPG e áreas circundantes. O actual Plano já previa a interdição dessas infra-estruturas em grande parte do território, mas deve ser ponderada a extensão desta interdição a todo o Parque, uma vez que nenhum dos projectos até agora apresentado demonstrou que os efeitos destas infra-estruturas sobre o lobo, a avifauna, as populações de morcegos, e a paisagem são compatíveis com os valores de conservação do Parque



Nacional. Isto não invalida que, outras formas de produção energética mais compatíveis com os valores de conservação da natureza, como é o caso da micro-geração, sejam promovidas.

Também a pressão urbanística tem vindo a agravar-se em algumas áreas, como o Vale do Gerês e do rio Lima, ao mesmo tempo que assistimos à degradação e ao abandono dos núcleos urbanos. Isto sugere que será necessário ponderar uma maior restrição à edificabilidade fora dos perímetros urbanos. Ao mesmo tempo, o papel do ICNB na emissão de pareceres dentro dos perímetros urbanos parece actualmente sobrepor-se aos dos municípios que dispõem de instrumentos de gestão territorial própria, criando uma dificuldade acrescida para os residentes que poderia ser obviada caso o ICNB deixasse de se pronunciar sobre a maioria dos projectos nestes espaços.

Alguns da pressão urbanística está associada ao aumento da pressão turística, que urge controlar e distribuir mais homoganeamente pelo território do PNPG. Aliás, a candidatura e renovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável demonstra a preocupação nesta matéria. Simultaneamente, um reforço do controlo da visitação e acessos a zonas sobrecarregadas como a Mata de Albergaria parecem ser essenciais, sendo de ponderar o encerramento ao trânsito da Geira Romana.

Ao mesmo tempo, os esforços do ICNB e de outras entidades no sentido de contrariar o envelhecimento e despovoamento dos núcleos urbanos, através da melhoria da rede viária, da recuperação de núcleos urbanos e do apoio a iniciativas de turismo e agricultura, tiveram resultados limitados. Apesar de este ser um problema comum a todas as regiões de montanha do nosso país e em sentido mais lato da Europa, mantém-se a necessidade de procurar soluções que contrariem esta dinâmica – a potenciação de novas formas de utilização do território, bem como o reforço da oferta turística de qualidade, nas suas várias vertentes de alojamento, restauração, pontos de venda e turismo de natureza/animação ambiental. A aposta do ICNB nesta área está patente no Programa Nacional de Visitação em Áreas Protegidas, em que são propostos um conjunto de investimentos para a área do PNPG. Desses investimentos destaque-se a dinamização das Portas do PNPG, centros de informação e serviços que têm sido criadas numa colaboração estreita entre o ICNB e os Municípios, tal como tem vindo a acontecer na área da valorização do património cultural. A criação do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés é também uma oportunidade de dinamização deste território, mas que implica a necessidade de harmonização do regime de protecção do PNPG com o do Parque da Baixa Limia – Sierra do Xurés.

Outra questão que deve ser ponderada é uma melhor clarificação das condições em que o pedestrianismo e o montanhismo podem ser praticados nas zonas de ambiente natural, e até a abertura de zonas até agora fechadas a este tipo de visitação. Isto poderia ser conseguido mediante um programa de licenças rigorosas, a serem controladas por exemplo nas Portas do PNPG. A pernoita é outra actividade que deve ser reanalisada, atendendo à abertura que existe noutros Parques Nacionais na Europa.

Por fim, uma das consequências negativas do envelhecimento da população é a perda da paisagem cultural do PNPG, nomeadamente através do abandono dos campos cultivados em socacos, como lameiros e prados de lima com o seu sistema de irrigação engenhoso. O desenvolvimento de



projectos de nicho como a agricultura biológica certificada e a produção biológica de plantas medicinais são oportunidades abertas. A Intervenção Territorial Integrada (ITI) da Peneda-Gerês, publicada na Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de Março, é também uma oportunidade para melhorar a gestão ambiental destes espaços, pois são atribuídos incentivos financeiros aos proprietários e baldios nesse sentido. A valorização dos baldios no que respeita à gestão florestal é também uma oportunidade para contrariar a dinâmica de abandono, por exemplo através da certificação florestal e da procura de novas fontes de rendimentos como a compensação pelo fornecimento dos serviços de ecossistema. Um exemplo desta última situação é o mercado voluntário de créditos de carbono. Note-se que a própria Intervenção Territorial Integrada (ITI) pode ser considerada como um incentivo aos baldios e proprietários individuais para a prestação de um conjunto de serviços de ecossistemas, desde a protecção do solo, à manutenção da paisagem cultural e à protecção de habitats prioritários.



4 – VISÃO ESTRATÉGICA

Volvidos quase quarenta anos sobre a sua criação o Parque Nacional da Peneda-Gerês continua a ser o único Parque Nacional em Portugal, sendo a área protegida portuguesa com o estatuto IUCN mais elevado de protecção, nível II. Actualmente a União Internacional para a Conservação da Natureza define que um Parque Nacional é uma “Área natural de terra ou mar, designada para (a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; (b) excluir exploração ou ocupação contrárias à designação da área; (c) fornecer uma fundação para oportunidades espirituais, científicas, educativas, recreativas e de visitantes, todas as quais devem ser ambientalmente e culturalmente compatíveis (IUCN, 1994). Os objectivos de gestão devem ser:

- Proteger áreas naturais e cénicas de significância nacional e internacional para fins espirituais, científicos, educativos, recreativos e turísticos
- Perpetuar, num estado tão natural quanto possível, exemplos representativos de regiões fisiográficas, comunidades bióticas, recursos genéticos, e espécies para assegurar estabilidade ecológica e diversidade;
- Gerir o uso pelos visitantes para fins inspiracionais, educativos, culturais e recreativos a um nível que mantenha a área natural num estado próximo do natural
- Eliminar e prevenir a exploração ou ocupação contrárias aos objectivos da criação do Parque
- Manter o respeito pela atributos ecológicos, geomorfológicos, sagrados e estéticos que levaram à criação do Parque
- Acomodar as necessidades das populações residentes, incluindo a utilização de recursos de forma sustentável, desde que esta não afecte outros objectivos de gestão

A nível nacional, o recente Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (DL 142/208, de 24 de Julho) refere que: “A classificação de um Parque Nacional visa a protecção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e a adopção de medidas compatíveis com os objectivos da sua classificação”.

Assim, os objectivos iniciais que levaram à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que eram “possibilitar no meio ambiente da Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas” (Decreto nº 187/71, de 8 de Maio) mantêm-se actuais. Realce-se que já em 1971 era reconhecido o potencial turístico e científico associado à criação do Parque Nacional: “trata-se de possibilitar ... a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional.”.



A revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês assenta no conceito de “Um Parque Nacional para o Século XXI”, com base em três componentes fundamentais:

- Uma zona núcleo de valores naturais excepcionais que estejam devidamente protegidos e em que se privilegia a restauração de processos ecológicos e habitats com um mínimo de intervenção humana;
- Uma zona tampão com utilizações múltiplas da floresta nativa, incluindo produção de madeira, lenha e forragem, zonas agrícolas que privilegiem a pastorícia e a agricultura sustentável, e com um nível de vida acima da média nacional para os seus habitantes.
- Um Parque aberto aos visitantes e com condições de acolhimento dos visitantes

Dos maiores desafios na prossecução destes objectivos, destacam-se: a necessidade de assegurar a expansão da floresta nativa e a substituição das florestas de resinosas exóticas ou mal adaptadas por floresta nativa; a necessidade de colocar uma ênfase nos processos ecológicos naturais substituindo a visão mais tradicional da gestão activa dos espaços naturais; a necessidade de explorar novas formas de produção silvo-pastoril que permita rendimentos atractivos às famílias residentes; a necessidade de aumentar e melhorar a gama de actividades turísticas e abrir mais zonas do Parque à visitação.

5 – APLICAÇÃO DO REGIME DE PROTECÇÃO

5.1. – Introdução e Metodologia

Corporizando a visão estratégica definida, o Plano de Ordenamento do PNPNG, sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho (Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), tem como **objectivos gerais** para o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, entre outros:

- a) Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade, nomeadamente através da promoção e da expansão da vegetação nativa clímax, para assegurar o bom funcionamento dos serviços de ecossistema;
- b) Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória colectiva;
- c) Assegurar a protecção dos valores paisagísticos e cénicos para fins espirituais, científicos, educativos e recreativos;
- d) Promover a compatibilização da protecção dos recursos e valores naturais com as actividades humanas, visando o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida;
- e) Ordenar e promover um regime de visitação sustentável com vista à sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente.

Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, de 28 de Dezembro, constituem **objectivos específicos** do POPNPNG:

a) Promover a preservação e restauração dos habitats de vegetação arbórea, com relevo para os carvalhais, incluindo sobreirais, azerais e medronhais, os bosques mesotróficos e lourçais, os bosques de teixo, os bosques ripícolas, os pinhais de pinheiro-silvestre reliquiais, os matos montanos, incluindo zimbrais e matos colinos, os complexos higroturfosos, nomeadamente turfeiras e urzais higrófilos, e a vegetação rupícola, ripícola e aquática não arbórea, em consonância com o previsto na Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva habitats);

b) Promover a preservação e restauração dos valores faunísticos, com relevo para a fauna de montanha e dos carvalhais, as espécies ameaçadas, as espécies de distribuição reduzida ou localizada no contexto nacional e a fauna associada aos ecossistemas ribeirinhos, em consonância com o previsto nas Directivas nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (directiva aves) e nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva habitats);

c) Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos, nomeadamente vales e circos glaciares, moreias e domos graníticos;

d) Consolidar o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés;



e) Proteger os serviços culturais dos ecossistemas, em particular o valor das paisagens naturais e culturais do PNPG, respeitando a evolução dos modos de vida das populações e a integração dos aglomerados populacionais com a sua envolvente;

f) Promover os serviços dos ecossistemas de regulação do ciclo da água, nomeadamente pela preservação e recuperação das zonas húmidas, das áreas de infiltração, dos lençóis subterrâneos, das nascentes, das cabeceiras, das linhas e dos planos de água, incluindo leitos, margens e zonas adjacentes inundáveis;

g) Melhorar os serviços de suporte à biodiversidade e de regulação dos ecossistemas florestais, com particular ênfase na resistência ao fogo, na retenção de carbono e na conservação e formação de solo, nomeadamente pela protecção e expansão da floresta nativa e pela conversão de povoamentos monoculturais de resinosas em bosques de folhosas autóctones;

h) Melhorar os serviços de produção dos ecossistemas florestais, nomeadamente da madeira, da forragem, dos cogumelos, do mel e dos frutos silvestres;

i) Promover a conservação e recuperação dos bens culturais existentes, nomeadamente do património paisagístico, arquitectónico, arqueológico, histórico, e etnológico, de modo a facilitar a sua fruição ou utilização pelos respectivos proprietários, pela comunidade e pelos visitantes;

j) Promover o desenvolvimento de práticas e culturas agrícolas compatíveis com a protecção dos recursos naturais e a valorização da paisagem humanizada, nomeadamente pela produção biológica e o cultivo de espécies aromáticas e medicinais da flora selvagem e cultivares regionais;

l) Promover a pecuária extensiva, na medida em que não constitua factor de degradação ecológica e da paisagem, fomentando a utilização de raças autóctones;

m) Promover a recuperação e utilização, nomeadamente para primeira ou segunda habitação e para turismo, do património construído dos aglomerados urbanos, bem como disciplinar a proliferação de construções dispersas fora desses aglomerados;

n) Promover a educação ambiental, a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais, contribuindo assim para o reconhecimento do valor do PNPG e sensibilizando para a necessidade da sua protecção;

o) Promover e ordenar as diferentes actividades de visitação e fruição do PNPG, nomeadamente o pedestrianismo, a observação da natureza e outras actividades de baixo impacto ambiental;

p) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre os ecossistemas presentes e a diacronia da paisagem cultural, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e espécies.

Os objectivos assim definidos materializam-se por sua vez em propostas nos diferentes elementos do projecto de revisão, nomeadamente na proposta de **Zonamento, Regulamento e Programa de Execução**, e demais elementos que acompanham o plano.

Fundamentados sobre um conhecimento actualizado, mais amplo e aprofundado sobre o território, nomeadamente sobre os seus valores e sistemas, dinâmicas e pressões existentes, consubstanciam-se como propostas fundamentais deste projecto de revisão:

1. A adequação dos níveis de protecção aos valores do património natural e da biodiversidade, à salvaguarda das áreas de maior vulnerabilidade e risco (incêndio e erosão) e à salvaguarda das áreas e sistemas de suporte e regulação dos processos naturais (estrutura ecológica);

2. A regulação de actividades e usos humanos susceptíveis de, ou já com, impactos negativos sobre os valores relevantes e o ordenamento do território do Parque Nacional, nomeadamente a regulação do pastoreio, da exploração florestal, do recreio e turismo e da construção fora dos aglomerados (edifícios e os diversos tipos de infra-estruturas);

3. A interdição de outros usos e actividades que se reconhecem incompatíveis com os objectivos definidos para o território do Parque Nacional da Peneda Gerês, designadamente a instalação de parques eólicos, de sistemas de aproveitamentos hidroeléctricos e a extracção de inertes.

São aspectos inovadores constantes do processo de Revisão:

- . Todo o Parque aberto a visitantes
- . O conceito de serviços dos ecossistemas
- . O conceito de “*Wilderness*”
- . A simplificação de processos de licenciamento em áreas urbanas
- . A interdição explícita de exploração mini-hídrica e eólica
- . A diferenciação positiva dos residentes
- . As limitações à nova construção.

A partir das análises efectuadas nas fases de caracterização e de diagnóstico foi definida uma metodologia para uma proposta de Zonamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês, baseada na valoração dos diversos descritores, tendo sido considerados 5 níveis de protecção distintos: Zona de Protecção Total (ZPT), Zona de Protecção Parcial de nível 1 (ZPP1), Zona de Protecção Parcial de nível 2 (ZPP2), Zona de Protecção Complementar de nível 1 (ZPC1), e Zona de Protecção Complementar de nível 2 (ZPP2). Em termos de equivalência com o zonamento do Plano de Ordenamento actual, a Zona de Protecção Total e a Zona de Protecção Parcial correspondem à Área de Ambiente Natural, e a Zona de Protecção Completar, conjuntamente com as Áreas não abrangidas por Regime de Protecção Específico definem a Área de Ambiente Rural.

A base da proposta de Zonamento corresponde à combinação da carta de *Wilderness* com a carta de Vegetação. Os diferentes habitats ou tipos de vegetação foram classificados em quatro níveis (Tabela 6):



Tabela 6 – Valoração da Vegetação

Valor	Habitat (códigos Directiva Habitats)
Excepcional (4)	Azerais e medronhais (5230*) Carvalhais (5230*, 8220, 9160, 9230, 9380, 9580*) Bosques de teixo (9580*) Bosques ripícolas (3130, 3260, 91E0*) Complexos higo-turfosos (3130, 4010, 4020*, 6230*, 7140, 7150)
Elevado (3)	Matos (4030, 4090, 6160, 8220, 8230)
Médio (2)	Pinhais de pinheiro-silvestre Mosaicos agro-florestais ricos em lameiros (6410, 6430, 6510, 8220, 9230) Folhosas
Baixo (1)	Campos agrícolas Outras resinosas

Os habitats nativos, correspondendo a fases mais avançadas da sucessão ecológica e com maior estatuto de protecção no âmbito da Directiva Habitats, receberam o valor **Excepcional**. Estes habitats são também dos habitats mais importantes para a fauna, conforme análise de valoração realizada na fase de caracterização. Os diversos tipos de matos, incluindo matos montanos e matos colinos em diferentes substratos geológicos, receberam o valor **Elevado**, por fazerem parte da sucessão ecológica desta região, ao seu estatuto na Directiva Habitats e ao muito elevado valor faunístico que apresentam. Aos pinhais de pinheiro-silvestre foi atribuído o valor **Médio** pois, apesar de serem habitats nativos desta região, os que existem actualmente foram na realidade plantados a partir de variedades do Norte da Europa no último século. Para mais não são considerados importantes no âmbito da Rede Natura 2000 em Portugal. Os mosaicos agro-florestais ricos em lameiros recebem um valor **Médio**, porque contêm alguns habitats da Rede Natura, não recebendo uma valoração mais elevada porque este índice de valoração foi pensado para definir habitats que sejam especialmente vulneráveis à acção humana. A categoria de folhosas recebe um valor **Médio** porque consiste numa combinação de florestas plantadas e naturais de espécies autóctones e exóticas. Por fim, as florestas de outras resinosas (na sua maioria Pinheiro-bravo) recebem um valor **Baixo** por serem florestas plantadas de produção, muito diferentes da vegetação natural desta zona. Aos campos agrícolas foi também atribuído um valor **Baixo** por corresponderem a áreas que dependem da intervenção humana para a sua manutenção e por terem valores florísticos bastante mais baixos que os lameiros.

As áreas *Wilderness*, que premeiam as zonas menos alteradas pelo homem, correspondem às zonas mais sensíveis à intervenção humana. Na sua identificação e valoração foram considerados dez níveis distintos, considerando as distâncias ponderadas às seguintes infra-estruturas:



- Albufeiras (peso 1)
- Povoados (peso 1)
- Linhas de alta tensão (peso 1)
- Estradas asfaltadas (peso 1)
- Caminhos florestais (peso 0.25)

Do cruzamento destas duas cartas, Valor da Vegetação e Valor de Wilderness, foram definidos os cinco níveis de protecção descritos, com base nos critérios expostos na Tabela 7.

O princípio subjacente a este zonamento de base foi o de separar a Área de Ambiente Natural, desagregada na Zona de Protecção Total (ZPT) e nos dois níveis de Zona de Protecção Parcial – do Tipo I (ZPP1) e do Tipo II (ZPP2) –, estabelecendo como limiar mínimo para a Zona de Protecção Parcial um nível de wilderness normalizado de 6. Na Zona de Protecção Parcial, a separação entre os dois níveis (tipo I e tipo II) é feita a partir do valor de vegetação, baixando-se o critério de exigência em termos de wilderness quando a vegetação apresenta valor excepcional. Um critério idêntico foi aplicado à separação da Zona de Protecção Total da Zona de Protecção Parcial.

A fase seguinte da análise consistiu em incluir o valor dos declives (pelo menor grau de acessibilidade, por um lado e pela maior vulnerabilidade a riscos de erosão associados) e o regime de propriedade na definição do índice de protecção (Tabela 8).

Como critério, a atribuição dos estatutos de protecção tiveram em conta a atribuição de um maior grau de restrição a zonas propriedade do Estado (área da Mata Nacional) e menos exigente às áreas de baldio e privadas, tendo em conta a compatibilização do grau de protecção com as actividades decorrentes da humanização do território.

Tabela 7 – Zonamento base resultante do cruzamento da carta Wilderness e do valor da Vegetação.



Zonamento Base	Wilderness	Valor Vegetação
ZPT	10	≥ 3
	≥ 9	4
ZPP 1	≥ 9	≥ 3
	≥ 7	4
ZPP 2	≥ 7	≥ 3
	≥ 6	4
ZPC 1		≥ 2
ZPC 2		≥ 1

Tabela 8 – Zonamento resultante da combinação do zonamento-base com a Carta do Regime de Propriedade e a Carta de Declives

Zonamento Base	Estado	Baldio	Privado
ZPT	\geq ZPP1	ZPT, $\alpha \geq$ Elevado	ZPT, Risco \geq Elevado
ZPP 1	ZPP2	ZPT, $\alpha <$ Elevado	ZPT, $\alpha <$ Elevado
		ZPP1	ZPP1
ZPP 2	ZPC1	ZPP2	ZPP2
		ZPC1, $\alpha \geq$ Elevado	ZPC1, $\alpha =$ Mt Elevado
ZPC 1	ZPC2	ZPC1, $\alpha <$ Elevado	ZPC1, $\alpha <$ Mt Elevado
		ZPC2, $\alpha \geq$ Elevado	ZPC2, $\alpha =$ Mt Elevado
ZPC 2		ZPC2, $\alpha <$ Elevado	ZPC2, $\alpha <$ Mt Elevado

(α - nível dos declives).

Desta fase de modelação e análise preliminar do zonamento do regime de protecção, foram definidos os três níveis mais elevados do regime de protecção que compõem a Área de Ambiente Natural, posteriormente sujeitos a uma aferição apoiada em fronteiras naturais do terreno (linhas de água, linhas de fecho, etc.), assim como a infra-estruturas existentes (rede de estradas e caminhos).



Quanto à Área de Ambiente Rural (que integra os dois níveis de protecção complementar resultantes da modelação e análise previamente descrita), identificou-se a necessidade de proceder a um refinamento do seu zonamento, através do cruzamento do regime de protecção encontrado através dos preceitos metodológicos descritos com a Carta da Estrutura Ecológica do PNPG que, na actual proposta de zonamento, redefine a Zona de Protecção Complementar do tipo I (ZPC1), integrando:

- Linhas de Água e margens;
- Albufeiras;
- Cabeceiras de Linhas de Água;
- Áreas Favoráveis à Infiltração;
- Risco de Cheia;
- Áreas de Muito Elevado Risco de Erosão;
- Áreas de Muito Elevado Risco de Incêndio em Povoamentos Florestais;
- Habitats de Elevado Valor de Conservação (EVC);
- Níveis de *Wilderness* elevado (índice normalizado 7 a 10).

Este critério adicional justifica-se, pois a manutenção do regime da edificabilidade actual – aliada à expectativa de poder verificar-se um aumento da procura para construção nova (incluindo as 2ª residências) e para estruturas turísticas, a que se associa sempre a abertura de acessos ou o redimensionamento dos já existentes –, a manutenção da actual situação da extracção de inertes e a baixa pró-actividade na implementação de acções mais alargadas e sistemáticas, sobretudo na áreas de riscos, apontam para uma tendência de evolução negativa do estado de conservação destas áreas e sistemas da estrutura ecológica do território do Parque Nacional.

Definidas as cinco classes do regime de protecção, a proposta de zonamento resultante dos critérios descritos foi posteriormente sujeita a nova aferição, com o objectivo de harmonização com os instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente os PMOT (Planos Directores Municipais dos 5 concelhos que integram o PNPG) e os POAAP (Planos Especiais de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas), cuja análise de compatibilidade será apresentada no Ponto 7 do Relatório.

5.2. – Proposta de aplicação do Regime de Protecção

A proposta de aplicação do regime de protecção, transcrita na Planta de Síntese e no Regulamento, respeita o modelo aplicado aos Planos Especiais de Ordenamento das Áreas Protegidas nacionais.

Fazendo a correspondência com o zonamento do Plano de Ordenamento do PNPG em vigor, à *Área de Ambiente Natural* correspondem **a Zona de Protecção Total e a Zona de Protecção Parcial (Tipos I e II)** e à *Área de Ambiente Rural* corresponde **a Zona de Protecção Complementar (Tipos I e II)**.



São ainda identificadas as áreas não abrangidas por regime de protecção específico.

- Zona de Protecção Total

Compreende os espaços onde predominam valores naturais físicos e biológicos cujo significado e importância do ponto de vista da conservação da natureza são excepcionalmente relevantes, correspondendo a zonas com valores muito elevados de *wilderness* e de património natural, e nessa medida a ZPT tem o estatuto de reserva integral. Este nível de protecção tem como objectivos prioritários manter os processos naturais num estado dinâmico e evolutivo, sem intervenção humana ou o desenvolvimento de actividades humanas regulares, reduzidas basicamente à investigação científica, à monitorização ambiental e à visitação, que carecem, ainda assim, de autorização prévia do ICNB.

- Zona de Protecção Parcial de Tipo I

Compreende os espaços que contêm valores naturais significativos e de grande sensibilidade ecológica, correspondendo a zonas com valores elevados de *wilderness* e de património natural e paisagístico. Este nível de protecção tem como objectivos prioritários garantir a manutenção do valor ecológico e dos serviços de ecossistemas e a sua valorização, sendo a actividade humana apenas permitida para fins de investigação científica, monitorização ambiental e visitação, sujeitas a autorização prévia do ICNB, ou para práticas tradicionais relacionadas com a apicultura e o pastoreio.

- Zona de Protecção Parcial de Tipo II

Compreende os espaços que estabelecem a ligação com as áreas de ambiente rural, correspondendo a zonas com valores de *wilderness* médio. Este nível de protecção tem como objectivos prioritários garantir a manutenção dos valores naturais e paisagísticos presentes e preservar áreas importantes para a viabilidade das zonas de protecção parcial de tipo I, sendo permitido o trânsito motorizado de residentes e a prática das suas actividades tradicionais relacionadas com a agricultura, a pastorícia, a apicultura e a recolha de frutos e cogumelos silvestres ou, sujeitos a autorização prévia do ICNB, o trânsito motorizado de não residentes, a investigação científica com maneo ou manipulação de ecossistemas e a recolha de amostras geológicas, a modificação da rede viária, a instalação de infra-estruturas imprescindíveis, as alterações e modificações do relevo, as novas arborizações, as obras de reconstrução de edificações e a instalação de novos apiários.

- Zona de Protecção Complementar de Tipo I

Compreende os espaços com médio valor de conservação, correspondendo a zonas com a presença de habitats ou de espécies da fauna e flora relevantes e imprescindíveis para a manutenção da biodiversidade à escala regional, cuja ocorrência e viabilidade se encontram associadas às actividades tradicionais aí exercidas, bem como a zonas de suporte e regulação do ciclo da água e de risco de cheia ou a zonas de risco de erosão e de incêndio muito elevados. Este nível de protecção tem como objectivos prioritários promover as actividades rurais tradicionais e compatibilizar a intervenção humana, e o desenvolvimento social e económico local, com os valores naturais,



patrimoniais e paisagísticos e a conservação da natureza e estabelecer o enquadramento, a transição ou o amortecimento de impactes relativamente a áreas de maior nível de protecção, sendo especificamente interdita a construção de barragens e diques, a instalação de explorações em regime intensivo, a extracção de recursos geológicos e a construção de edificações, salvo situações pontuais como no apoio à agricultura ou para fins turísticos, e estando sujeita a autorização prévia do ICNB a manipulação de ecossistemas para fins científicos, a abertura de trilhos e percursos, a prática de actividades desportivas impactantes, a instalação de explorações em regime extensivo ou a instalação de estabelecimentos industriais.

- Zona de Protecção Complementar de Tipo II

Compreende os restantes espaços com médio valor de conservação e os espaços com baixo valor de conservação, correspondendo a áreas de enquadramento e de uso mais intensivo do solo. Este nível de protecção tem como objectivos prioritários compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais e paisagísticos e os objectivos de conservação da natureza, fazendo a transição entre a ZPC1 e as zonas urbanas, e constituir uma forma de concentração da construção em meio rural, desencorajando o fraccionamento da propriedade, com as obras de construção civil para novas edificações a serem restringidas a casos muito específicos.



6 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA

As Áreas de Intervenção Específica, sobrepostas ao regime de protecção da Planta de Síntese e transcritas no Regulamento, correspondem a áreas cuja situação concreta implica um esforço suplementar de intervenção para a sua salvaguarda que, pela sua particularidade, não é totalmente assegurada pelos níveis de protecção identificados.

A estas áreas é aplicado um regime de intervenção transitório que conduz à realização de acções conducentes à recuperação de habitats naturais, à manutenção de usos com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade, à valorização de bens culturais imóveis, à promoção da investigação científica e da educação ambiental, bem como do desenvolvimento local.

As Áreas de Intervenção Específica identificadas na Carta de Síntese são as seguintes:

6.1. – Áreas de intervenção específica para a conservação da natureza, da biodiversidade e da geodiversidade

Área de intervenção específica da Mata Nacional do Gerês

A criação desta área de intervenção específica visa a conversão desta Mata Nacional, criada com objectivos de produção florestal e retenção do solo, para uma floresta de conservação da biodiversidade.

A Mata Nacional do Gerês corresponde a uma área de propriedade pública, ocupada na sua maioria por pinhais, carvalhais e uma mancha de espécies não indígenas invasoras.

Constituem objectivos da área de intervenção específica da Mata Nacional do Gerês:

- a) A elaboração e certificação de um plano de gestão florestal;
- b) A conversão das áreas ocupadas por espécies não indígenas e com pinheiro-bravo em carvalhais;
- c) A regularização das captações de águas no território da Mata;
- d) A desocupação das parcelas da Mata com ocupações precárias;
- e) A aquisição de propriedades de colmatação na Mata;
- f) A renaturalização de caminhos florestais em desuso;
- g) O restauro das áreas degradadas por extracção de inertes.

Área de intervenção específica dos Complexos Hígro-Turfosos do Planalto de Castro Laboreiro

A criação desta área de intervenção específica visa reverter a degradação actualmente em curso das turfeiras, nomeadamente para captação de águas, garantindo o estado de conservação favorável dos habitats prioritários e contribuindo simultaneamente para a mitigação das alterações climáticas pela fixação de carbono, em cumprimento da Decisão IX/13 da Convenção da Biodiversidade, assinada no

Rio de Janeiro em 1992. Os Complexos Hígro-Turfosos do Planalto de Castro Laboreiro correspondem a uma área de propriedade maioritariamente de baldio e englobam o conjunto de turfeiras e matos hígrofilos do Planalto de Castro Laboreiro, classificado habitat prioritário da Rede Natura 2000.

Constituem objectivos da área de intervenção específica dos Complexos Hígro-Turfosos do Planalto de Castro Laboreiro:

- a) A restauração ecológica das turfeiras pela recuperação dos seus níveis freáticos originais;
- b) A regulamentação do pastoreio.

Área de intervenção específica dos Complexos Hígro-Turfosos do Planalto da Mourela

A criação desta área de intervenção específica visa reverter a degradação actualmente em curso das turfeiras, nomeadamente para captação de águas, garantindo o estado de conservação favorável dos habitats prioritários e contribuindo simultaneamente para a mitigação das alterações climáticas pela fixação de carbono, em cumprimento da Decisão IX/13 da Convenção da Biodiversidade, assinada no Rio de Janeiro em 1992. Os Complexos Hígro-Turfosos do Planalto da Mourela correspondem a uma área de propriedade maioritariamente privada e de baldio e englobam o conjunto de turfeiras e matos hígrofilos do Planalto da Mourela, classificado habitat prioritário da Rede Natura 2000.

Constituem objectivos da área de intervenção específica dos Complexos Hígro-Turfosos do Planalto da Mourela:

- a) A restauração ecológica das turfeiras pela recuperação dos seus níveis freáticos originais;
- b) A regulamentação do pastoreio.

Área de intervenção específica da Mata do Mezio

A criação desta área de intervenção específica visa a recuperação da floresta consumida pelo incêndio de 2006. A Mata do Mezio corresponde a uma área de propriedade de baldio, originalmente composta por floresta plantada de carvalhos, videiros e pinheiro-bravo, entre outras, actualmente reduzida significativamente pelo incêndio de 2006.

Constituem objectivos da área de intervenção específica da Mata do Mezio:

- a) A reflorestação da área florestal ardida, com ênfase na utilização de espécies autóctones replicando na medida do possível uma floresta natural de carvalho;
- b) A recuperação e beneficiação dos trilhos;
- c) A renaturalização dos caminhos florestais em desuso;
- d) A regulamentação do pastoreio.
- e) A elaboração de um Plano de Gestão Florestal

Área de intervenção específica de Manchas de Espécies Invasoras Lenhosas

A criação desta área de intervenção específica visa o controlo e erradicação das espécies invasoras lenhosas. As manchas de espécies invasoras lenhosas estão dispersas por várias zonas do PNPG, e são maioritariamente de *Acacia dealbata* e de *Hakea sericea*

Constituem objectivos da área de intervenção específica das Manchas de Espécies Invasoras Lenhosas:

- a) O controlo químico e a remoção física fora da mancha mais extensa no Vale do Gerês;
- b) A contenção da expansão da mancha mais extensa do Vale do Gerês, através de controlo químico e remoção física na periferia da mancha e da condução em alto fuste da parte central da mancha e posterior substituição progressiva da acácia por espécies autóctones tolerantes à sombra;
- c) O controlo das restantes manchas identificadas para intervenção específica.

Área de intervenção específica das Áreas Degradadas por Extracção de Inertes

A criação desta área de intervenção específica visa a restauração ecológica de áreas onde ocorreu a extracção de inertes. As áreas degradadas por extracção de inertes estão dispersas pelo território do PNPG, com especial incidência na periferia de caminhos florestais.

Constituem objectivos da área de intervenção específica das Áreas Degradadas por Extracção de Inertes:

- a) A estabilização biofísica da área degradada;
- b) A plantação de espécies arbustivas e arbóreas autóctones.
- c) O licenciamento de um conjunto de pontos para extracção de saibro

6.2. – Áreas de intervenção específica para a valorização cultural e patrimonial

Área de intervenção específica do Castelo Medieval de Castro Laboreiro

A criação desta área de intervenção específica visa a protecção da área natural envolvente do castelo bem como a recuperação e interpretação poliorcética e histórica da sua estrutura. O castelo medieval de Castro Laboreiro situa-se no exterior da área urbana de Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço, e abrange o castelo propriamente dito, o morro onde o mesmo está localizado e o povoado da encosta Este.

Constituem objectivos da área de intervenção específica do Castelo Medieval de Castro Laboreiro:

- a) A execução de obras de manutenção da ruína do castelo, incluindo reposição de solos, recuperação de paramentos e consolidação de estruturas;

b) A interpretação do monumento e sua área de influência, pela instalação de painéis, leitores de paisagem e criação de percursos pedestres;

c) A dinamização de eventos que contribuam para o usufruto e conhecimento do castelo.

Área de intervenção específica das Necrópoles Megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas de Vez, Britelo e Mourela

A criação desta área de intervenção específica visa a regulação de usos e a gestão dos locais onde as necrópoles se integram, bem como a sua musealização. As Necrópoles Megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas de Vez, Britelo e Mourela conformam arqueossítios de grande extensão territorial, representados por cerca de 200 monumentos megalíticos do tipo mamoa, bem como vestígios de arte rupestre a eles associados, com notável valor científico e excelente estado de conservação, situados em propriedade de baldio, em áreas de montanha alta nos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Montalegre, e são testemunhos de humanização que recuam ao neolítico final.

Constituem objectivos da área de intervenção específica das Necrópoles Megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas de Vez, Britelo e Mourela:

a) A recuperação e musealização dos monumentos pré-históricos;

b) A protecção dos monumentos e suas envolventes.

Área de intervenção específica dos Fojos do Lobo da Peneda e Soajo

A criação desta área de intervenção específica visa a protecção da área natural envolvente dos fijos bem como a recuperação e interpretação poliorcética e histórica da sua estrutura. Os fijos do lobo da Peneda e do Soajo situam-se no concelho de Arcos de Valdevez, e abrangem as estruturas dos fijos, propriamente ditas, e toda a área envolvente aos mesmos, desde o início das paredes até ao poço.

Constituem objectivos da área de intervenção específica dos Fojos do Lobo da Peneda e Soajo:

a) A execução de obras de conservação e consolidação das paredes;

b) A execução de obras de limpeza dos poços;

c) A interpretação dos monumentos e sua área de influência, pela instalação de painéis, leitores de paisagem e criação de percursos pedestres.

Área de intervenção específica do Mosteiro de Santa Maria das Júnias

A criação desta área de intervenção específica visa a protecção e requalificação do mosteiro e da área do seu património fundiário medieval, com restauro e interpretação da ruína, e a monitorização das ruínas da aldeia medieval. O Mosteiro de Santa Maria das Júnias é uma construção cistercense



situada nas imediações da área urbana de Pitões das Júnias, no concelho de Montalegre, e abrange o património construído, as ruínas existentes, o vale encaixado onde os mesmos se localizam e a aldeia velha de Juríz.

Constituem objectivos da área de intervenção específica do Mosteiro de Santa Maria das Júnias:

- a) O restauro, consolidação e limpeza das estruturas;
- b) Uma intervenção arquitectónica minimalista ao nível dos espaços interiores e exteriores dos edifícios, de forma a preservar a estrutura monumental medievá;
- c) O levantamento topográfico das ruínas da aldeia medieval de Juríz.

6.3. – Áreas de intervenção específica para a visitaçãe e comunicaçãe

A criaçãe destas áreas de intervençãe específica visa a conclusãe e o complemento do programa de estruturas-âncora para a gestãe e dinamizaçãe da visitaçãe no território do PNPG e concelhos limítrofes nas suas componentes materiais (estruturas e infraestruturas), e imateriais (instrumentos e serviços).

Área de intervençãe específica da Porta de Lamas de Mouro

A Porta de Lamas de Mouro consubstancia uma área programada e equipada para a recepçãe, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informaçãe e sensibilizaçãe ambiental que os prepara para a exploraçãe do território envolvente e localiza-se em Lamas de Mouro, no limite da área protegida, no concelho de Melgaço.

Constituem objectivos da área de intervençãe específica da Porta de Lamas de Mouro:

- a) A elaboraçãe dos projectos e a execuçãe das obras necessárias à implantaçãe, dos espaços exteriores, estruturas e equipamentos programados;
- b) A implementaçãe de um programa de gestãe e dinamizaçãe da visitaçãe;
- c) A recuperaçãe e beneficiaçãe de trilhos;
- d) A elaboraçãe do projecto e beneficiaçãe das casas de Bico de Pássaro;
- e) As obras de manutençãe do Parque de Campismo de Lamas de Mouro.

Área de intervençãe específica da Porta do Mezio

A Porta do Mezio consubstancia uma área programada e equipada para a recepçãe, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informaçãe e sensibilizaçãe ambiental que os prepara para a exploraçãe do território envolvente e localiza-se no Mezio, no limite da área protegida, no concelho de Arcos de Valdevez.



Constituem objectivos da área de intervenção específica da Porta do Mezio:

- a) A elaboração dos projectos e a execução das obras necessárias à implantação dos espaços exteriores, estruturas e equipamentos programados;
- b) A implementação de um programa de gestão e dinamização da visitação;
- c) A recuperação e beneficiação de trilhos;
- d) A renaturalização de caminhos florestais em desuso;
- e) A musealização das mamoaas do complexo megalítico do Mezio, das gravuras do complexo de arte rupestre do Gião, da Branda de gado de Travanca e do lugar Mezio do Estado Novo, e a sua integração coerente no sistema de informação e interpretação da paisagem onde se integram;
- f) A implementação do projecto da Central Meleira em Entre Outeiros;
- g) A promoção da criação de uma pousada da juventude;
- h) A promoção da reconversão da antiga casa florestal em unidade de restauração.

Área de intervenção específica da Porta do Lindoso

A Porta do Lindoso consubstancia uma área programada e equipada para a recepção, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informação e sensibilização ambiental que os prepara para a exploração do território envolvente e localiza-se no Lindoso, no limite da área protegida, no concelho de Ponte da Barca.

Constituem objectivos da área de intervenção específica da Porta do Lindoso:

- a) A elaboração dos projectos e a execução das obras necessárias à implantação dos espaços exteriores, estruturas e equipamentos programados;
- b) A implementação de um programa de gestão e dinamização da visitação;
- c) A recuperação e beneficiação de trilhos;
- d) O apoio ao manio das áreas pastoreadas na envolvente da Mata do Cabril;
- e) A recuperação paisagística da Louriça;
- f) A criação de uma pousada da juventude;
- g) A reconversão da antiga casa florestal para alojamento de apoio a investigadores.

Área de intervenção específica da Porta de Campo do Gerês

A Porta de Campo do Gerês consubstancia uma área programada e equipada para a recepção, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informação e



sensibilização ambiental que os prepara para a exploração do território envolvente e localiza-se no Campo do Gerês, no limite da área protegida, no concelho de Terras de Bouro.

Constituem objectivos da área de intervenção específica da Porta de Campo do Gerês:

- a) A elaboração dos projectos e a execução das obras necessárias à implantação dos espaços exteriores, estruturas e equipamentos programados;
- b) A implementação de um programa de gestão e dinamização da visitação;
- c) A recuperação e beneficiação de trilhos;
- d) O apoio ao manejo das áreas pastoreadas na envolvente das áreas de ambiente natural;
- e) Assegurar as acções de condução da mancha de regeneração natural de folhosas autóctones na encosta Sul da Serra Amarela;
- f) O apoio à beneficiação da pousada da juventude de São João do Campo.

Área de intervenção específica da Porta de Paradela

A Porta de Paradela consubstancia uma área programada e equipada para a recepção, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informação e sensibilização ambiental que os prepara para a exploração do território envolvente e localiza-se em Paradela, no limite da área protegida, no concelho de Montalegre.

Constituem objectivos da área de intervenção específica da Porta de Paradela:

- a) A elaboração dos projectos e a execução das obras necessárias à implantação dos espaços exteriores, estruturas e equipamentos programados;
- b) A implementação de um programa de gestão e dinamização da visitação;
- c) A recuperação e beneficiação de trilhos.

Área de intervenção específica do Centro de Educação Ambiental do Videiro

O Centro de Educação Ambiental do Videiro consubstancia uma área programada e equipada para a recepção, o recreio e o lazer dos visitantes do PNPG, enquadrados por um sistema de informação e sensibilização ambiental que os prepara para a exploração do território envolvente e localiza-se no Gerês, no limite da área protegida, no concelho de Terras de Bouro.

Constituem objectivos da área de intervenção específica do Centro de Educação Ambiental do Videiro:

- a) A elaboração dos projectos e a execução das obras necessárias à realocação do Centro de Recuperação de Aves;



- b) A implementação de um programa de gestão e dinamização da visitação e da educação ambiental;
- c) A recuperação e beneficiação de trilhos;
- d) A realização de obras de conservação e requalificação do Parque de Campismo do Videiro;
- e) A reavaliação do projecto e obras de implementação dos espaços exteriores.



7 – COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DO POPNPG COM OUTROS IGT

De acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, ao longo do processo de elaboração da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) e na fase de aferição das classes do regime de protecção da proposta de ordenamento, foram consideradas algumas das disposições dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) vigentes no território do Parque Nacional.

Do presente capítulo consta a análise efectuada da compatibilidade da Proposta de Ordenamento do POPNPG face a componentes específicas da planta de ordenamento dos mesmos IGT, nomeadamente perímetros ou áreas urbanas, equipamentos e unidades operativas de planeamento e gestão.

Sobre o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês incidem um conjunto de IGT que determinam a existência de diferentes níveis de planeamento e gestão das respectivas competências. Assim, sobre este território incidem os seguintes instrumentos de planeamento e gestão:

Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT):

- Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 134/ 95, de 11 de Novembro.

- . Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2002, de 7 de Maio;

- . Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto Lindoso e Touvedo (POATAL), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº27/2004, de 8 de Março.

Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), em elaboração pela Resolução do Conselho de Ministros nº29/2006, de 23 de Fevereiro;

Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)

- . Plano Director Municipal de Arcos de Valdevez, aprovado pelo Aviso nº 4235/2007, de 10 de Dezembro;

- . Plano Director Municipal de Melgaço, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 3/94, de 17 de Janeiro (em revisão);

- . Plano Director Municipal de Montalegre, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 19/95, de 8 de Março (em revisão);

- . Plano Director Municipal de Ponte da Barca, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 30/95, de 5 de Abril (em revisão);

- . Plano Director Municipal de Terras de Bouro, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 24/96, de 21 de Março (em revisão).



Planos Sectoriais:

. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROFAM), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2007, de 28 de Março;

. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela (PROFBP), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2007, de 17 de Janeiro;

Além dos planos referidos, há ainda a mencionar os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), elaborados por cada um dos cinco Municípios da área do PNPG.

Os diferentes níveis de Ordenamento correspondentes aos diferentes Instrumentos articulam-se e hierarquizam-se de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na redacção e conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro.

O resultado da análise efectuada incide principalmente sobre os IGT que, pela natureza e âmbito associados, se considerou serem mais susceptíveis à ocorrência de incompatibilidades com os objectivos, proposta e regulamento do POPNPG, nomeadamente os PEOAAP de Caniçada e Alto Lindoso e Touvedo e os PMOT, PDM de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro.

Planos Especiais de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas (PEOAAP):

Estando em vigor actualmente na área do PNPG, o POAC e o POATAL, ambos PEOAAP hierarquicamente ao nível do POPNPG, foi discutida na fase de elaboração da Proposta do POPNPG, a forma de compatibilização dos dois IGT com o POPNPG, uma vez que, por desfaseamento temporal da sua elaboração levantou questões de ordem metodológica, devido às alterações recentes da legislação que regula a elaboração dos IGT. A principal dificuldade encontrada, prendia-se com o facto de que a planta de síntese do POPNPG não define classes de espaço e unidades operativas de planeamento e gestão, mas antes classes de regime de protecção associado ao território do Parque.

De acordo com as entidades responsáveis pela elaboração dos POAAP mencionados (INAG, ARH-N e CCDR-N), foi decidida a integração destes IGT no POPNPG, relativamente às classes do regime de protecção, da seguinte forma:

- O plano de água e todas as zonas classificadas de protecção no POAC e no POATAL correspondem, na planta de síntese da Proposta do POPNPG, a Zonas de Protecção Complementar do Tipo I (ZPC1);

. As áreas urbanas previstas correspondem, na planta de síntese da Proposta do POPNPG, a Áreas não Abrangidas por Regime de Protecção Específico (ANARPE).

. As restantes unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) previstas correspondem, na planta de síntese da Proposta do POPNPG, a Zonas de Protecção Complementar do Tipo II (ZPC2).



Desta forma, ficou garantida a compatibilidade necessária dos IGT em causa.

Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT):

Dos cinco PDM em vigor actualmente na área do PNPG, quatro encontram-se em processo de revisão (Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro) e um viu a sua revisão aprovada em finais de 2007 (Arcos de Valdevez).

Sendo um Plano Especial de Ordenamento do Território, hierarquicamente o POPNPG prevalece sobre os PDM (PMOT) vigentes no território. Tal como relativamente aos POAAP, a sobreposição e o desfazamento temporal da elaboração dos IGT sobre o mesmo território, e tendo como preceito metodológico previsto na legislação respectiva de compatibilizar os diversos IGT a avaliar os eventuais conflitos, ao longo da fase de elaboração da proposta do POPNPG, avaliou-se o enquadramento de figuras de ordenamento previstas nos PDM da área do PNPG.

Análise Espacial de conflitos entre o POPNPG e os PDM e os POAAP

Tal como foi já referido anteriormente, uma das preocupações emergentes durante a revisão do Plano de Ordenamento (POPNPG), esteve relacionada com a existência de eventuais conflitos espaciais entre classes da Carta de Síntese do POPNPG e as classes da Carta de Ordenamento dos PDM's para a área do PNPG.

Com o objectivo de minimizar os eventuais conflitos, foram realizadas análises espaciais entre os diversos IGT, nomeadamente entre as classes de espaço Urbano dos vários planos e também entre as classes de Espaço Natural e Espaço Agrícola.

As classes consideradas em Espaço Urbano foram as entidades classificadas como áreas Urbanas, Urbanas Condicionadas e Urbanizáveis e as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). Foi ainda realizada uma análise entre as classes de espaço Natural e Agrícola dos vários planos.

No caso do PNPG estas classes são materializadas na legenda do Zonamento proposto como ZPC (Zona de Protecção Complementar 1 e 2); ZPP (Zona de Protecção Parcial 1 e 2); ZPT (Zona de Protecção Total) e no caso dos PDM's as nomenclaturas atribuídas às classes de espaço natural nas quais podemos incluir espaço natural, REN etc.

Relativamente à metodologia utilizada para realizar as análises das áreas de potencial conflito das classes espaço urbano e das classes de espaço natural entre POPNPG e os diferentes planos, toda a informação foi convertida para formato raster com uma resolução espacial de 1 metro. As matrizes criadas foram posteriormente reclassificadas, de forma a se realizarem operações de cálculo matricial entre os elementos.

Após estas operações, os resultados obtidos em formato *raster* expressando a sobreposição das referidas classes de espaço entre os planos, foram convertidos para o formato vectorial *Shapefile* com suavização dos limites e preenchido um campo na tabela de atributos designado por TIPO, com o registo das relações espaciais existentes.



As áreas de potencial conflito entre o POPNPG e os vários PDM's e o POAAP, foram definidas e cartografadas com base na Unidade Mínima Cartográfica (UMC). Desta forma analisaram-se os polígonos com as áreas mínimas das cartas de Ordenamento dos diferentes PDM's e definiu-se por excesso como UMC todos os polígonos com áreas superiores a 1000 m². Com este critério todos os polígonos criados pela análise matricial dos elementos do PO e os elementos dos PDM's com áreas superiores à UMC definida foram analisados, como possíveis áreas de conflito.

Minimização de conflitos entre o POPNPG e os PDMs

No sentido de minimizar as áreas identificadas como potencial conflito entre o regime de protecção proposta na Planta de Síntese do POPNPG e os PDM da área do PNPG, permitindo a adequação possível das propostas de solo urbano e de vocação turística inscritas nas respectivas propostas de revisão de PDM ao regime do zonamento do PO, foi feita a aferição entre as propostas de solo urbano e o regime de protecção, permitindo redefinir as **Áreas não abrangidas por regime de protecção específico**, e o enquadramento em Zona de Protecção Complementar do Tipo II para os espaços de vocação turística previstos em PDM, nas situações em que se verificou não existirem conflitos entre os valores naturais em presença, tendo como referência a Estrutura Ecológica do PNPG, salvaguardando a ocorrência de habitats de elevado valor de conservação, sistemas associados ao ciclo da água e áreas de risco cartografadas.



8 – FONTES BIBLIOGRAFICAS

PNPG (2008) – Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Relatório de Síntese da 1.ª Fase - Caracterização; Relatório Técnico; PNPG; Braga.

PNPG (2008) – Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Relatório de Síntese da 2.ª Fase - Diagnóstico; Relatório Técnico; PNPG; Braga.

PNPG (2009) – Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental; Relatório Técnico; PNPG; Braga.